



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

AYOUB HANNA AYOUB

**MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS:
A SATANIZAÇÃO DO MST NA FOLHA DE SÃO PAULO**

Londrina
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

AYOUB HANNA AYOUB

**MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS:
A SATANIZAÇÃO DO MST NA FOLHA DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Bassani

Londrina
2006

AYOUB HANNA AYOUB

**MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS:
A SATANIZAÇÃO DO MST NA FOLHA DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Bassani

Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani

Londrina, 2 de maio de 2006.

DEDICATÓRIA

**Às minhas paixões Thamine e
Alissar, que me fazem acreditar
que a vida vale a pena.**

**À memória de Mirna, Aloysio
Biondi e Perseu Abramo,
jornalistas que me fizeram
acreditar que a nossa profissão
vale a pena.**

AGRADECIMENTOS

À Gláucia, pelo amor, apoio e companheirismo de sempre;

Ao Prof. Dr. Paulo Bassani, por compartilhar experiências e conhecimento;

À professora Maria José Baldessar e aos professores Miguel Contani e Rozinaldo Miani pelas contribuições inestimáveis;

Às professoras Maria das Graças Ferreira e Zilda Aparecida Freitas de Andrade e aos professores Mário Benedito Sales e Paulo César Boni pelo incentivo;

A todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para este projeto se tornar realidade.

Art. 7º

O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA

AYOUB, Ayoub Hanna. **Mídia e Movimentos Sociais: a satanização do MST na Folha de São Paulo**. 2006. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

RESUMO

Este trabalho analisa a linha editorial do jornal Folha de São Paulo com referência ao tratamento dado a matérias cobrindo a ação política e social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST —, hoje um dos movimentos sociais mais organizados do Brasil, no enfrentamento com a ordem capitalista e a reação da mídia. Os textos levantados são de primeira página em edições ao longo do ano 2000. Como fundamentação teórico-metodológica, o estudo adota uma combinação entre Análise do Discurso e Análise de Conteúdo. Os dois métodos são utilizados de modo complementar, e os elementos de análise são mostrados numa tabela por meio de um conjunto de vetores que classificam os conteúdos levantados. Conclui-se que essas matérias contêm formas que atacam o Movimento dos Sem-Terra, ferem o código de ética profissional dos jornalistas e desrespeitam o direito constitucional à informação. As análises dos textos publicados na Folha de São Paulo evidenciam que a violência da imprensa ao atacar o Movimento dos Sem-Terra torna clara a absorção, pela mídia, do mesmo discurso da classe dominante que controla o Estado no Brasil. As raízes das questões agrárias e a formação do MST estão profundamente interligadas e são formas de responder ao Estado.

Palavras-chave: Movimentos sociais rurais. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST). Comunicação de massa. Aspectos sociais. Jornalismo. Ética jornalística.

AYOUB, Ayoub Hanna. **Media and Social Movements: the satanization of MST in Folha de São Paulo**. 2006. 122p. Dissertation (Masters Degree in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

ABSTRACT

This study analyses the editorial directions of Folha de São Paulo newspaper regarding the treatment given to issues of the political and social action of the Movement of Landless Rural Workers — MST — today, one of the leading and mostly organized social movements in Brazil, in fighting the capitalistic order and the reaction of the media. The texts focused are those of first page in releases throughout the year 2000. As a theoretical and methodological basis, the study adopts a combination between Discourse Analysis and Content Analysis. Both methods are employed in a complementary basis, and the elements of analysis are shown in a table through a group of vectors which classify the raised contents. The conclusion is that the pieces contain elements which attack the Movement of Landless, are harmful to the code of ethics of the profession of journalist and violate the constitutional right to information. The analyses of the texts published by Folha de São Paulo are an indication that the violence of press by attacking the Movement of Landless makes clear the absorption, by the media, of the same discourse of the dominant class which controls the State in Brazil. The roots of rural questions and the formation of MST are profoundly interconnected and are a means of answering to the State.

Keywords: Rural social movements. Movement of Landless Rural Workers (MST). Mass communication. Social aspects. Journalism. Journalistic ethics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – FRUTO DA HISTÓRIA	16
1.1 SÉCULOS DE RESISTÊNCIA	17
1.2 NASCIDO PARA LUTAR.....	23
1.3 UMA DÍVIDA SOCIAL	26
CAPÍTULO 2 – MANIPULAÇÃO E PODER	31
2.1 OS DONOS DA MÍDIA.....	32
2.2 A MÍDIA DOS DONOS.....	35
2.3 VERDADES E VERDADES.....	38
CAPÍTULO 3 – INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE	42
3.1 LUTA COTIDIANA	43
3.2 INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO	50
3.3 PODER PELA LINGUAGEM.....	58
3.4 REVELAÇÃO DE TENDÊNCIAS	65
CAPÍTULO 4 – REALIDADE ARTIFICIAL	71
4.1 CONJUNTURA	72
4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	79
4.3 ANÁLISE DO DISCURSO.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	97
APÊNDICE A.....	98
APÊNDICE B.....	99
APÊNDICE C	100
APÊNDICE D	101

ANEXOS	102
ANEXO 1.....	103
ANEXO 2.....	105
ANEXO 3.....	108
ANEXO 4.....	113
ANEXO 5.....	114
ANEXO 6.....	115
ANEXO 7.....	116
ANEXO 8.....	117
ANEXO 9.....	119
ANEXO 10.....	120
ANEXO 11.....	121

INTRODUÇÃO

A Constituição do Brasil assegura a liberdade de expressão e manifestação do pensamento. Garante, também, o direito à informação. Mas não é a garantia de liberdade que permite a omissão ou a distorção de informações. O direito à informação do cidadão é desrespeitado exatamente no conflito sobre liberdade de imprensa em contraposição à “liberdade de empresa”. Quem define a linha editorial e, fundamentalmente, o conteúdo editorial dos meios de comunicação é o proprietário da empresa. Isso em todos os meios, inclusive os eletrônicos como emissoras de rádio e televisão¹.

Em qualquer situação, em qualquer veículo de comunicação, incluindo-se aí as novas mídias, como a Internet, os proprietários são preponderantemente integrantes da elite brasileira, representantes diretos da ordem burguesa.

Fica evidente que existe uma situação concreta de conflito de interesses que se contrapõe aos direitos da população. Esses conflitos se acirram no caso do Movimento dos Sem-Terra, o movimento social organizado que, se não é o único, é o que tem sistematicamente confrontado a ordem estabelecida, desde a década de 80, após o regime militar.

O confronto entre meios de comunicação de massa e MST aparece cotidianamente em jornais, revistas e meios eletrônicos em reportagens, material editorial ou de opinião.

Um exemplo disso é uma série de reportagens² publicadas em maio de 2000, pelo jornal Folha de São Paulo, onde eram apontadas “denúncias” contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST —, e que provocou reações indignadas e protestos em todo o país. Uma das manifestações foi o veemente protesto da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), que publicou nota, em 10 de novembro de 2000, com o título: “FENAJ protesta contra satanização

¹ No Brasil as emissoras de rádio e televisão precisam de concessões ou outorgas do governo federal para funcionarem. Os jornais e revistas necessitam apenas do registro de empresa.

² Nos dias 14, 15 e 16 de maio de 2000, a **Folha de São Paulo** publicou artigos e reportagens sobre um suposto pedágio cobrado pelo MST de assentados ligados ao movimento. Os textos referentes a esse episódio provocaram várias manifestações de protesto contra o jornal. Selecionamos somente os textos publicados na primeira página da **Folha** (nos três dias), conforme o recorte de nossa pesquisa. A íntegra dos textos consta dos ANEXOS 4, 5, 6, 7 e 8.

do MST pela Mídia”³.

[...] protestar contra a campanha, orquestrada pelo governo federal, de satanização [grifo nosso] do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST —, com apoio de certos meios de comunicação social. O último lance dessa campanha é a denúncia feita pelo MST de utilização de verba pública pelo jornal Folha de São Paulo, na pessoa do colunista Josias de Souza, chefe da sucursal de Brasília. O referido jornalista, para fazer matéria de denúncia contra o MST, utilizou carro e motorista do Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA (PR) —, e percorreu vários assentamentos no interior do Paraná. (ANEXO 1)

Na ocasião, a FENAJ recebeu cópia de ordem de serviço do INCRA do Paraná, onde consta o pagamento de diárias para um motorista e da gasolina utilizada no transporte. O jornalista Josias de Souza percorreu os assentamentos Águas de Jurema, Recanto Estrela e Ireno Alves dos Santos em veículo oficial do INCRA, e com as despesas pagas. O objetivo declarado da viagem era a coleta de subsídios para matéria sobre “aplicação do Procerá e Pronaf”.

A nota da Federação faz pesadas considerações sobre o jornal Folha de São Paulo, criticando sua falta de independência, o que — neste caso — significa estar em conexão com o Governo Federal da época (mandato de Fernando Henrique Cardoso) numa tentativa de desmoralizar o MST.

[...] É lamentável que a direção de jornalismo da Folha de São Paulo e o jornalista Josias de Souza descumpram o próprio código de conduta da empresa, que sempre pregou sua ‘independência’, [...] Conivente com a tentativa de desmoralizar o MST — sem dúvida o mais organizado, coerente e forte movimento social existente no Brasil, hoje —, a Folha de São Paulo compromete a ética da imprensa e de toda uma categoria que luta para exercer, com dignidade, a profissão. (ANEXO 1)

Ao mesmo tempo em que faz críticas à postura do jornal, a nota da Federação Nacional dos Jornalistas demonstra solidariedade e também afinidade com as lutas do Movimento dos Sem Terra — das específicas, por terra e reforma

³ FENAJ — FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Fenaj Protesta Contra Satanização do MST pela Mídia. **Cadernos do CEAS**, nº 191, p. 91-92. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan./fev. 2001. A íntegra da nota consta do ANEXO 1.

agrária, até as mais gerais, por mudanças do sistema econômico.

[...] O MST já compreendeu isso. Para lutar por uma vida digna no campo é preciso lutar contra todo um sistema econômico e político. Para lutar pela terra é preciso lutar pela democracia, pela cidadania e por uma sociedade mais justa e solidária. (ANEXO 1)

Aqui no Estado do Paraná — no mesmo período — a imprensa adotou uma postura semelhante, incluindo o jornal Folha de Londrina. Também nesse caso, reportagens e artigos de opinião foram usados para tentar atingir e desmoralizar a imagem do MST.

No período que antecede a eleição de prefeitos e vereadores no ano de 2000, houve várias tentativas de prejudicar candidatos de partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores — PT. Em artigo publicado na Folha de Londrina (“A satanização do MST na Mídia”), em outubro daquele ano, o jornalista José Maschio⁴ também usou a expressão “satanização”:

[...] As elites brasileiras não mudam, apenas refazem, de tempos em tempos, o seu discurso conservador. O discurso conservador precisa, para esse seu refazer, de monstros que assustem a classe média e a população mais pobre [...] O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é a bola da vez no processo de satanização [grifo nosso]. A mídia brasileira se deleita com denúncias de que líderes do MST cobram pedágios para créditos rurais. Não seriam também pedágios as taxas de intermediação que as cooperativas agrícolas e os bancos cobram para liberação de créditos? (ANEXO 2)

Outra constatação de Maschio: seu artigo aponta para o processo eleitoral de 2000 como motivador da mídia na tentativa de desmoralizar o MST.

[...] É claro, não sejamos ingênuos, essa satanização tem um interesse imediato, que é barrar o avanço das forças progressistas nestas eleições municipais. Mas não só de eleições vive um país na luta para se transformar em Nação. E as elites devem mais essa (a satanização do MST) no rol de dívidas para com a população brasileira. E, tenham certeza doutores, a cobrança virá. (ANEXO 2)

⁴ JOSÉ ADALBERTO MASCHIO é jornalista em Londrina, Paraná. Foi fundador e diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná. A íntegra do artigo consta do ANEXO 2.

Partindo do pressuposto de que o jornal Folha de São Paulo se enquadra no perfil ideológico do restante das empresas de comunicação — seu posicionamento diante de questões de interesse da classe trabalhadora é uma prova disso — é possível afirmar que o jornal reflete o pensamento majoritário na imprensa brasileira⁵. Além do conteúdo editorial, o relacionamento da empresa com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo reforça a constatação.

Com base nessas informações tomamos a decisão de fazer um recorte para um estudo de caso. Ao fazer a análise da Folha de São Paulo encontramos um perfil do pensamento da imprensa brasileira, ou seja, de seus proprietários.

Assim, com esta pesquisa, temos elementos para verificar a principal hipótese deste trabalho: o processo de “satanização” do MST pela mídia. Para isso analisamos a linha editorial do jornal, no ano de 2000, por meio do estudo das primeiras páginas (as capas), e o seu conteúdo.

Como se sabe, o Editorial é a principal expressão da opinião do jornal, onde a sua posição é explícita. No entanto, a primeira página tem características próprias do posicionamento do jornal. É na capa que o jornal apresenta — na visão de seu editor — o que considera os assuntos mais importantes do dia. A primeira página também define uma escala de importância (uma espécie de hierarquia) entre os assuntos.

A escolha do período (2000) se deve a alguns fatores. A referência é a publicação da nota de protesto da Fenaj em relação ao tratamento da Folha de São Paulo ao MST. É também o ano eleitoral posterior a 1998, onde ocorreram as eleições para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Naquele ano o projeto das elites para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso tomou conta dos veículos de comunicação. E o ano de 2000 marcou a última eleição (prefeitos e vereadores) da era FHC. Assim como o governo da época considerava importante uma vitória, o processo também serviria de “termômetro” para 2002.

Kucinski mostrou o processo organizado para a reeleição de FHC, incluindo um grande acordo com as empresas de comunicação:

⁵ Este assunto é tratado com mais ênfase no capítulo 2, páginas 47 a 55.

[...] A mídia e os institutos de pesquisa haviam decretado a reeleição de Fernando Henrique e a derrota de Lula antes mesmo do início da campanha. [...] A estratégia foi assumida como necessária pela mídia em reuniões realizadas em maio em Brasília [...] uma pressão sobre a mídia que só teria acontecido na democracia americana ou britânica num caso extremo de guerra externa [...] (KUCINSKI, 1998, p. 131)

Para se analisar as questões aqui formuladas, usamos uma bibliografia teórica do ponto de vista das ciências sociais, para as interpretações dos movimentos sociais e as relações de poder, além das questões ideológicas. Para a análise do discurso utilizamos a Semiologia Lingüística, que é a Ciência da Linguagem, teorias da Comunicação e do Jornalismo. Dessa forma, é possível fazer uma ponte entre as questões das Ciências Sociais e da Comunicação.

A mídia desenvolve um processo de “satanização” do MST, movida pelos interesses dos empresários da comunicação, ideologicamente alinhados com as elites do país (e também da qual fazem parte), além de um processo de subordinação ao governo federal, na gestão FHC, no período a ser analisado, com todas as suas conseqüências.

O processo de combate ao MST também conta com a participação de jornalistas, empregados das empresas, que são alinhados com a ideologia patronal, ou, no mínimo, recebem uma carga cultural forte e acabam assimilando o posicionamento — ideológico — contrário às lutas do movimento.

O resultado dessa atitude da mídia gera uma imagem, para boa parte da população (inclusive em setores da classe trabalhadora e entre as pessoas mais pobres), de rejeição, antipatia ou, até mesmo, de inimizade com o MST. Isso é motivado pelo fato de não haver resposta suficiente, por parte do movimento, quanto à carga de informações transmitida pela imprensa.

O primeiro capítulo — Fruto da História — apresenta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como está estruturado, como se organiza, qual o papel dos militantes e dos dirigentes? As respostas não podem estar descoladas de explicações sobre o contexto da situação política do país. Além disso, buscamos responder a questões históricas para o entendimento da origem do movimento e, antes disso, a origem da questão agrária brasileira.

Em seguida, o segundo capítulo — Manipulação e Poder — procura

mostrar como funcionam as relações de poder no Brasil e de que forma a grande imprensa participa desse processo. Em seguida traçamos um perfil sobre o objeto principal de nossa análise — a Folha de São Paulo —, como ela é vista na sociedade, quais as linhas adotadas ao longo de sua história, até os dias atuais. Aqui é importante a referência que intelectuais, políticos e até dirigentes de movimentos sociais têm do jornal — na verdade um mito sobre sua trajetória.

O referencial teórico-metodológico está no terceiro capítulo — Investigação e Análise — que faz a discussão sobre a metodologia aplicada na pesquisa. Em primeiro lugar a questão dos movimentos sociais. Depois discutimos a ideologia, fundamental para se entender os processos e também o papel da mídia em relação aos movimentos sociais.

A análise (com autores e concepções) é apresentada no capítulo 4 — Realidade Artificial —, com a determinação, neste trabalho, de combinar a Análise do Discurso com a Análise de Conteúdo. Isso permite que os métodos sejam usados de maneira complementar — e não antagônica —, o que evidencia o resultado da pesquisa. Com os elementos da Análise de Conteúdo construímos uma tabela para fazer o levantamento de dados sobre os exemplares da Folha que foram selecionados para a pesquisa.

Finalmente apresentamos as conclusões da pesquisa, deixando claro que optamos por um caminho, o de restringir o recorte da análise para ganhar agilidade e permitir maior rigor, sem que isso signifique que as outras alternativas tenham menos importância. Assim, apontamos algumas possibilidades para a continuidade deste trabalho e também a perspectiva do uso da tabela — uma teoria de leitura, de descoberta, criada dentro da UEL — em outras pesquisas.

CAPÍTULO 1

FRUTO DA HISTÓRIA

De fato, só existimos hoje porque, antes de nós, o povo organizou outras formas de organização e de luta por justiça. Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas, dos negros, dos brancos, dos movimentos camponeses e de resistência. Somos fruto de muitas reflexões.

Somos fruto da teorização de muitas experiências de luta que nos antecederam, seja no Brasil ou nos movimentos camponeses da América Latina. (MARINA DOS SANTOS)

1 FRUTO DA HISTÓRIA

1.1 SÉCULOS DE RESISTÊNCIA

De onde surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST? A referência histórica é fundamental para o estudo de todas as questões já levantadas. Todas as lutas camponesas vieram a influenciar o MST: os povos indígenas escravizados, Zumbi dos Palmares, Canudos, Guerra do Contestado, entre outras. Marina dos Santos (da Direção Nacional do MST) reforça essa característica no texto “Brasil: Raízes do MST”⁶:

[...] Somos fruto de uma longa história. O Movimento não pode ser compreendido somente por seus últimos vinte anos. Na verdade é fruto da História realizada por nosso povo. Somos filhos do povo brasileiro. (ANEXO 3)

A chegada dos portugueses ao Brasil — em 1500, episódio que alguns insistem em chamar de “descobrimento” —, marcou o início dos conflitos.

Bem diferente do que relatam alguns “livros escolares”, a colonização portuguesa não foi pacífica nem tranqüila.

Ao contrário, os povos indígenas que habitavam estas terras há séculos, identificaram os recém chegados como invasores. Para Fernandes, B., (2000, p. 25) assim começa o nosso país:

[...] A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos

⁶ MARINA DOS SANTOS, **Brasil: Raízes do MST**.

Artigo divulgado por meio de correio eletrônico por **Servicio Informativo "Alai-amlatina"**

Agencia Latinoamericana de Informacion – ALAI — também disponível em [<http://alainet.org/>](http://alainet.org/)

A íntegra do artigo consta do ANEXO 3.

imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo.

Os nativos foram massacrados física e culturalmente. Além do poderio das armas, os colonizadores contaram com o eficiente suporte religioso. Os índios que foram convertidos ao cristianismo — muitas vezes à força — puderam escapar da morte, mas não do cativeiro. Dessa maneira, os nativos identificaram a colonização com exploração e expropriação.

[...] Nas primeiras décadas de colonização, portugueses desbravadores enfrentaram o primeiro movimento popular do país. Chamado de Santidade, o agrupamento era formado por diversos pajés tupinambá [...] as Santidades resgatavam a busca dos índios pelo paraíso, reforçando a resistência da raça à dominação lusitana e, especialmente, ao crescimento da conversão dos nativos à fé cristã, trazida pela sociedade colonial.

[...] Conflitos registrados entre tribos e colonizadores retardaram o mapeamento e a ocupação das terras brasileiras durante os séculos seguintes. Basta citar a Guerrilha Mura que impediu o avanço português para o interior da Amazônia por um século inteiro (1689 - 1789), dominada somente após o aldeamento dos índios por membros da ordem dos Carmelitas. (AQUINO et al., apud DIAS 2003, p. 56)

Pouco a pouco, a resistência dos índios acabou sucumbindo ao poderio militar dos invasores. O resultado: cerca de 350 mil indígenas escravizados trabalharam na economia brasileira nos séculos XVI e XVII. Mesmo assim, o processo de caça e escravização de índios pelos colonizadores enfrentou uma ferrenha resistência.

A Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguaras são exemplos históricos desse enfrentamento. Outro grande exemplo de batalha na luta contra a escravidão aconteceu na região fronteira dos estados do sul do Brasil, território disputado por Portugal e Espanha — onde foram construídas as missões religiosas dos padres jesuítas.

[...] Em terras comuns viveram os Trinta Povos Guaranis, onde cada povoado chegou a ter entre 1.500 e 12 mil índios. Atacados constantemente pelos bandeirantes e pelos exércitos de Espanha e

Portugal, os povos guaranis resistiram até a exaustão. Em 1756, ocorreu o massacre derradeiro que culminou com a morte de Sepé Tiaraju, líder guarani que se tornou símbolo da resistência indígena. A escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão negra, ao mesmo tempo em que a maior parte dos grupos indígenas foi quase que totalmente dizimada. (PREZIA; HOORNAERT apud FERNANDES, B., 2000, p. 25-26)

Foram séculos de lutas e resistência. A escravidão dos povos indígenas acaba sendo substituída, mas a presença de escravos negros no Brasil data dos primórdios da colonização. No ano de 1584 havia, aproximadamente, 15 mil africanos escravizados. Poucos anos depois (1597) aparecem as primeiras referências a um quilombo na região de Palmares. Para Fernandes, B. (2000, p. 26), os quilombos eram verdadeiros territórios livres:

[...] Os quilombos foram espaços de resistência e para se defenderem os quilombolas também atacavam engenhos e fazendas da região. Durante todo o século XVII, aconteceram inúmeros conflitos e os quilombos foram atacados diversas vezes. De 1602 a 1694, Palmares resistiu, quando o exército do bandeirante Domingos Jorge Velho, jagunço histórico, enfrentou e destruiu o exército de Zumbi, aniquilando o território palmarino. Palmares precisava ser destruído. A sua vitória significaria novos territórios livres, o que aos senhores escravocratas não interessava. Palmares entrou para a história do Brasil como uma das grandes lutas de resistência contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativo.

No processo de lutas contra a escravidão, foram criados muitos quilombos por todo o país. Ganga Zumba e Zumbi foram os principais líderes de Palmares, certamente o maior dos quilombos: por volta de 1670 chegou a ter cerca de 20 mil pessoas em seu território. Essa verdadeira história de resistência — séculos de luta — tem um marco: o final século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e a Abolição da Escravatura.

[...] Com o fim da escravidão, a geração do trabalho livre determinava uma outra relação social: a venda da força de trabalho. O escravo não vendia sua força de trabalho, ele era vendido como mercadoria e como produtor da mercadoria. Ele era objeto de comércio do seu proprietário. Com a formação do trabalhador livre, conservou-se a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Agora a subordinação acontecia pela venda de sua força de trabalho ao fazendeiro, ao capitalista. (FERNANDES, B., 2000, p.27)

Com a Abolição da Escravatura, em 1888, as lutas pela terra no Brasil ganham um novo significado. Se antes havia luta contra a escravidão, por liberdade, a partir daí passa a ser uma luta por sobrevivência. No período que vai da Abolição até o golpe militar de 1964, podem ser definidas três etapas: a primeira, até a década de 1930; a segunda, até 1954; e a terceira, até 1964.

A primeira delas é marcada pelas revoltas camponesas, conhecidas por “Lutas Messiânicas”. Esses movimentos foram marcados pela presença da fé e por serem dirigidos por um líder espiritual, messiânico. Os exemplos mais significativos envolveram milhares de camponeses e sofreram uma brutal repressão para serem controlados.

É o caso de Canudos, Bahia, sob liderança de Antônio Conselheiro, onde milhares de camponeses foram massacrados. Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, começou a pregar por volta de 1870 no interior do Nordeste. Conselheiro ajudava a realizar mutirões para a construção de igrejas e cemitérios por onde passava.

Em 1882 foi proibido, pela Igreja Católica, de realizar sermões. Suas ações de contestação ficaram mais marcantes com a proclamação da República. Conselheiro, que era contrário à separação entre o Estado e a Igreja — além de ser contra a introdução do casamento civil — fazia críticas à Igreja e à República recém implantada no país. Por isso, mais tarde, foi acusado de ser monarquista.

Após tomar parte em uma rebelião — contra a cobrança de impostos —, Antônio Conselheiro e seu grupo chegaram à região de Canudos, nordeste da Bahia, em 1893. Ele criou a localidade de Belo Monte, que considerava um refúgio sagrado — cujas principais características eram o trabalho cooperado e a agricultura familiar. Todos tinham direito à terra!

O primeiro conflito armado durou de novembro de 1896 a outubro de 1897. O motivo foi um atraso na entrega de madeira comprada para construir a Igreja do local. A cada tentativa de conter o levante, as expedições militares eram sucessivamente derrotadas. Cada uma delas vinha com força militar superior, até que a quarta — com cerca de 10 mil homens — conseguiu vencer a resistência. Toda a população local foi massacrada.

Não houve rendição. Calcula-se que a população de Belo Monte fosse de 10 mil pessoas. Há cálculos que apontam até 25 mil habitantes. Homens, mulheres, velhos, crianças, todos foram brutalmente mortos. O exército da república

perdeu mais de 5 mil soldados nos confrontos.

Outro caso importante ficou conhecido como Guerra do Contestado⁷ (de 1912 a 1916). A construção da ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul acabou resultando num processo que somou alguns fatores.

Na divisa entre Paraná e Santa Catarina havia uma região disputada pelos dois estados (daí o nome contestado). Em 1912, ao final da construção da ferrovia, cerca de 8 mil trabalhadores que participaram das obras ficaram desempregados e permaneceram ali mesmo na região. A empresa construtora e exploradora da ferrovia (Brazil Railway Company) recebeu do governo uma área muito grande de terras para seu uso. Madeireiras exploraram a área e destruíram as suas florestas. Milhares de famílias foram expropriados nesse processo.

Enquanto isso, em Santa Catarina, surgiu um movimento liderado por um pregador e curandeiro conhecido por “Monge” José Maria. Depois de conflitos com os proprietários de terras da região, acabou perseguido e teve que se refugiar em Vila Irani, bem no centro da região em disputa. Para os paranaenses, aquilo foi uma “invasão” de catarinenses. A força pública do Paraná reagiu, atacou o movimento, mas foi derrotada. O “monge” foi mortalmente ferido nos combates. No período seguinte o mito da volta do “monge” atraiu muita gente, e os conflitos se agravaram.

Vários confrontos foram registrados entre os seguidores do movimento e uma aliança entre a companhia da ferrovia, proprietários de terras e o governo. Em 1915, quando já havia cerca de 20 mil pessoas, a população rebelada foi massacrada por mais de sete mil soldados do exército, com o apoio de mil policiais e mais de 300 jagunços.

Entre 1930 e 1954, pode ser caracterizada uma segunda etapa, que foi marcada por lutas radicais espontâneas e localizadas. Uma característica é a negativa de Getúlio Vargas (dois governos no período) em fazer a reforma agrária. Os principais episódios são:

1. Os posseiros da Rodovia Rio—Bahia;
2. Grileiros e governo contra posseiros;

⁷ A respeito do assunto é possível consultar o filme **A Guerra dos Pelados**, de 1971 (98 min). A direção é do cineasta Sylvio Back, e tem participação de Átila Iório e Jofre Soares. Lançado em plena ditadura militar, o filme sofreu com a censura da época — no entanto, tem características de documentário e boa reconstrução histórica do episódio.

3. Trombas e formoso: território livre;
4. No norte e sudoeste do Paraná;
5. Sudoeste do Maranhão;
6. Em terras fluminenses;
7. São Paulo: Pontal e Santa Fé do Sul.

Na terceira etapa, que vai de 1950 a 1964, o movimento apresenta lutas organizadas, com caráter ideológico e de alcance nacional. Surgem três grandes organizações camponesas na luta pela reforma agrária:

1. As **Ligas Camponesas** surgem no início da década de 1950, devido a uma situação específica do Nordeste. Trabalhadores que alugavam terras (foro) abandonadas pelos proprietários são ameaçados de expulsão e são defendidos pelo advogado e deputado Francisco Julião.
Eles fundam a Liga Camponesa da Galiléia, em Pernambuco. Em pouco tempo são mais de trinta no estado e nos estados vizinhos. O movimento passa a exigir uma reforma agrária radical, usando o lema: “Reforma agrária, na lei ou na marra”. Essa posição marcou um conflito com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e com a Igreja Católica que defendiam uma reforma agrária por etapas (com indenização dos proprietários).
2. A **Uitab — União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil** — foi criada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) em 1954. A idéia era coordenar as associações camponesas para uma aliança com o operariado.
Tinha bases em quase todos os estados, exceto Rio Grande do Sul (onde foi criado o Master) e em Pernambuco (onde havia as Ligas Camponesas).
3. O **Master — Movimento dos Agricultores Sem Terra** — foi criado no final da década de 1950, no Rio Grande do Sul.
A partir da resistência de 300 famílias de posseiros, em Encruzilhada do Sul, o movimento espalha-se por todo o estado. O objetivo era organizar o que eles consideravam trabalhadores

sem terra (o assalariado rural, o parceiro, o peão e também pequenos proprietários e seus filhos). Passam a organizar suas ações com acampamentos (1962), forma de luta hoje muito usada pelo MST.

No ano de 1962, durante o Governo João Goulart (Jango), acontece a regulamentação da sindicalização dos trabalhadores rurais. Sindicatos já existentes recebem o reconhecimento e vários novos são organizados. Surgem as condições para a fundação de federações e confederações. Tratava-se de um movimento de cúpula, muito distante das bases dos trabalhadores.

Em 1963, sindicatos ligados à Igreja Católica (a maioria do nordeste do país) se organizam para tentar fundar uma confederação, mas são barrados pela Ultab (que reunia a maior parte das federações). No final daquele ano, os dois setores chegam a um acordo e fundam a Contag — Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

O período de refluxo vivido durante a ditadura militar mudou o cenário. A repressão violenta provocou a desorganização. Os movimentos camponeses foram aniquilados, trabalhadores e líderes foram perseguidos, assassinados e exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído.

Os sucessivos governos militares implantaram projetos de desenvolvimento que resultaram, como consequência, num aumento nas desigualdades sociais. O aumento da concentração de renda levou uma parcela imensa da população brasileira à situação de miséria. A concentração fundiária provocou o maior êxodo rural da história do país.

1.2 NASCIDO PARA LUTAR

Com o pretexto de modernizar, a ditadura militar foi responsável por um agravamento sem precedentes na situação do Brasil, com sérios problemas políticos e econômicos. Para Fernandes, B. (2000, p. 49), esse é o cenário do nascimento do MST:

[...] O MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra [...] Na década de 70 os militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de créditos e subsídios [...]

De um lado, aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado, agravou ainda mais a situação de toda a agricultura familiar [...]

O resultado dessa política, conhecida como modernização conservadora, foi uma grande concentração da propriedade da terra e a expulsão de mais de 30 milhões de pessoas, obrigadas a migrar para as cidades e outras regiões do Brasil.

Com apoio político de setores da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra), foi recriada a organização camponesa. As Comunidades Eclesiais de Base foram os espaços para a nova discussão política. Duas etapas são caracterizadas como importantes no processo histórico: gestação e nascimento (de 1979 a 1985), e territorialização e consolidação (de 1985 a 1990).

A partir de 1979, no Rio Grande do Sul, começaram a acontecer ocupações que resultaram na gestação do MST. Em seguida os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul também contribuem para o processo de gestação, que vai até 1984.

Nesse ano o MST é fundado oficialmente, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, Estado do Paraná. O Encontro de três dias (de 20 a 22 de janeiro) contou com a participação de 92 pessoas, representando os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima — naquela época um Território.

A etapa seguinte, de 1985 a 1990, é de consolidação. O MST reúne e debate todas as experiências de lutas pela terra e cria as condições para a formação de um movimento nacional. Consolidado, o MST passa a ser referência política, como demonstra Kuschick:

[...] O MST definiu suas formas de luta através da ocupação de terras e acampamentos em locais estratégicos; tomadas de prédios, como a sede do Incra e praças públicas; caminhadas com interrupção de rodovias; visitas aos gabinetes de autoridades estaduais e federais, além de greves de fome e fechamento de trevos. [1996, Terceiro Capítulo (3.2)]

O Movimento se fortalece com as formas tradicionais de lutas dos movimentos sociais, aliadas a novas táticas — com grande impacto político e repercussão na imprensa — como tomadas de prédios públicos e visitas a autoridades. Em seguida, o MST incorpora também a via eleitoral às suas formas de lutar. Nas eleições municipais de 1988, por exemplo, vários candidatos foram apresentados para disputar vagas de vereador e até de prefeito.

[...] Mais recentemente optaram, também, pela candidatura de líderes para cargos políticos. Em 1988 foram 97 vereadores e três prefeitos no Rio Grande do Sul, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Abre-se, desta forma, outra instância de enfrentamento. Da ação ilegal, o MST alça-se à tomada de decisões políticas municipais e à interferência na elaboração da Constituição. [1996, Terceiro Capítulo (3.2)]

O MST, adotando esse rumo, provoca também novas articulações dos ruralistas. Os proprietários de terra mantinham um esquema próprio para o que chamavam de “sua defesa”. Eles contavam apenas com seus “homens” — quase sempre bem armados — para ameaçar os sem-terra de expulsão. Com o crescimento do movimento, os proprietários de terra passaram a necessitar da Justiça — para negar o direito de posse ao movimento — e da Polícia Militar para expulsar os sem-terra.

Para Kuschick, os ruralistas querem uma “força” para sustentar a luta política no Congresso e ter mais “eficiência” nas demais ações. Com esse espírito é a criada a União Democrática Ruralista, mais conhecida por sua sigla UDR. Esse fato coincide com o período de elaboração de um plano de reforma agrária, pelo Governo de José Sarney (em 1985):

[...] uma organização paralela ao movimento sindical, para, através da contratação de assessores jurídicos, sustar desapropriações de terras, financiar campanhas para cargos eletivos, além de sustentar

milícias armadas para defender terras dos membros da organização. Não que elas não fossem defendidas com armas antes, a diferença é que agora elas são assumidas por uma organização e não praticadas individualmente. [1996, Terceiro Capítulo (3.2)]

Ironicamente, a entidade dos proprietários rurais ostentava em seu nome a palavra “democrática”. No entanto, a UDR ficou conhecida por suas ações violentas e grande capacidade de intimidação. Ruralistas e UDR, governo e repressão, imprensa e “satanização”. A classe dominante no Brasil age de várias formas, com novas ou com velhas roupagens. Percebendo (desde o começo) o potencial de crescimento e evolução do movimento, os “donos do poder” decidem partir para o confronto com o MST.

1.3 UMA DÍVIDA SOCIAL

O MST completou vinte anos. A história do movimento mostra que os sem-terra são apoiados por uma parcela significativa da sociedade brasileira. Uma das táticas para ter a força da opinião pública a seu favor é a elaboração de um projeto popular para o país, que pode — de acordo com o MST — garantir definitivamente os direitos negados pelo capitalismo.

Mais do que os textos do MST, suas ações — na prática — desafiam o capitalismo. Ao mesmo tempo, o Estado reage, reprime e usa de sua força para tentar barrar o movimento. Santos⁸ destaca essa característica:

[...] Quem luta por terra só está cobrando uma dívida social que o Estado brasileiro contraiu com os pobres. Por isso, quem luta por terra e reforma agrária, luta também pela mudança da estrutura agrária e pelas mudanças sociais no Brasil. Mais que conquistas sociais materiais, o MST se afirmou sobre elementos da cultura brasileira, tomados como base de suas próprias convicções. (ANEXO 3)

⁸ MARINA DOS SANTOS, **Brasil: Raízes do MST**.

Essa combinação de lutas — e o entendimento político desse fato — é uma característica importante no MST. Ao mesmo tempo em que deve continuar lutando contra o latifúndio, o movimento sabe que a conquista da reforma agrária só poderá ser concretizada com vitórias importantes sobre o capital. Para Santos⁹, a perspectiva é de continuar sendo um movimento social que pretende organizar os pobres do campo, porém, com destaque para o entendimento e uso da contra-ideologia:

[...] para lutar por uma sociedade com menos pobreza e menos desigualdade. E achamos que o combate ao latifúndio, ao capital, à ignorância e à dominação tecnológica é a melhor forma de construir uma sociedade igualitária no meio rural no Brasil. (ANEXO 3)

A história das lutas pela terra deve ser observada nos mesmos contextos econômicos de exclusão da atualidade. Para efeito de análise, pode-se fazer uma comparação com os modos contemporâneos de protestar e, então, localizar o MST no interior do Campo Político.

[...] inclui o Estado, os partidos e os movimentos sociais em um quadro de luta de classes, permeada de conflitos e contradições, em que sobressai a luta pelo poder simbólico de fazer crer que o ponto de vista de cada um corresponde à verdade. Na tradição brasileira, os partidos estão ao lado das classes dominantes na busca por chegar a governar. São os movimentos sociais que, de fato, desestabilizam o Campo Político ao trazerem vozes dissonantes e desestruturarem a relação situação x oposição. [KUSCHICK, 1996, Terceiro Capítulo (3.2)]

A criação da UDR é apenas uma das respostas (executada pelos próprios ruralistas) da classe dominante ao crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A utilização das Leis, do poder de polícia, da repressão do Estado — com a amplificação da imprensa — completam o quadro.

[...] O surgimento da UDR e a oposição que ela passou a fazer ao MST, juntamente com as ações legais e ilegais que desenvolve na defesa da propriedade da terra, evidenciam que a luta pela terra se dá no contexto de luta de classes. Em 1989, quando cerca de 3.000

⁹ Ibidem

trabalhadores sem-terra invadiram a fazenda Santa Elmira (entre o Salto do Jacuí e Tupanciretã), ficou evidente o confronto direto entre o MST e a UDR. Esta introduziu 200 homens armados na fazenda enquanto esperava pelos soldados da Brigada Militar que expulsaram os invasores sob a proteção da Justiça, partindo para a luta armada, na qual vários colonos (identificados como líderes) ficaram feridos e 22 foram presos. Por outro lado, nesta luta ficou claro como o Estado estava pronto para defender a lei ao lado dos grandes proprietários de terra. [KUSCHICK, 1996, Terceiro Capítulo (3.2)]

Todos esses elementos mostram que existe — de fato — uma situação de conflito (ou melhor, confronto) entre o MST, de um lado, e todas as diferentes forças da classe dominante, de outro. Mas, quem é essa classe dominante? Como ela chegou à posição de domínio do Estado? A partir de referenciais históricos é possível mostrar algumas conclusões:

[...] Que elementos impediram a burguesia de concretizar a modernidade? Segundo Florestan Fernandes, a força da tradição patrimonial na formação do capitalismo brasileiro resultou de uma dinâmica específica na construção da ordem social competitiva no país, orientada por uma empresa colonial monopolizadora submissa ao Estado, que legou ao Brasil o papel de periferia no sistema internacional.

Ordem social competitiva é um conceito definido por Florestan Fernandes em oposição ao conceito de ordem social escravocrata e senhorial. Ordem social significa uma organização institucional e “sociocultural” de um sistema de “relações de produção e de troca”. Em um certo sentido, ordem social seria algo próximo à idéia de superestrutura em Marx. (BALTAR, 2000, p. 25)

Teoricamente, a burguesia deveria ser progressista, modernizante e liberal. Não é o caso, no Brasil. Ela não conseguiu impulsionar a evolução do capitalismo e, mais grave, mostrou-se conservadora ao extremo. A explicação pode ser encontrada na definição do conceito de burguesia para o caso brasileiro. Florestan Fernandes mostra (com referencial marxista) a formação capitalista brasileira num contexto específico, definindo o grupo social que “detém a propriedade dos meios de produção”:

[...] Quanto às noções de “burguês” e de “burguesia”, é patente que elas têm sido exploradas tanto de modo demasiado livre, quanto de maneira muito estreita. Para alguns, o “burguês” e a “burguesia” teriam surgido e florescido com a implantação e a expansão da grande lavoura exportadora, como se o senhor de engenho pudesse preencher, de fato, os papéis e as funções sócio-econômicas dos agentes que controlavam, a partir da organização econômica da Metrópole e da economia mercantil européia, o fluxo de atividades sócio-econômicas. Para outros, ambos não teriam jamais existido no Brasil, como se depreende de uma paisagem onde não aparece nem o Castelo nem o Burgo [...] (FERNANDES, F., 1976, p.16)

Florestan Fernandes discorda das duas posições, ressaltando a necessidade dessa análise ser feita com base na natureza histórica das relações de produção no Brasil. Nesse caso, o atrelamento ao trabalho escravo fazia do senhor de engenho uma parte no mecanismo de apropriação colonial. Na outra ponta, existe um exagero ao não se levar em conta o aspecto histórico.

Após a Independência, há uma tentativa de absorção do padrão europeu de civilização. Isso significa a assimilação de algumas formas econômicas, sociais e políticas de organização de vida.

[...] À luz de tais argumentos, seria ilógico negar a existência do “burguês” e da “burguesia” no Brasil. Poder-se-ia dizer, no máximo, que se trata de entidades que aqui aparecem tardiamente, segundo um curso marcadamente distinto do que foi seguido na evolução da Europa, mas dentro de tendências que perfuram funções e destinos sociais análogos tanto para o tipo de personalidade quanto para o tipo de formação social. (FERNANDES, F., 1976, p. 17)

Para Baltar (2000, p. 38), a construção da ordem competitiva no Brasil revela um caminho complicado, porém — verdadeiramente — não houve a consolidação do modo capitalista de produção em toda sua plenitude. O processo brasileiro precisou de algumas etapas — sem rupturas radicais — para passar da dependência colonial, baseada no trabalho escravo, até a industrialização fundamentada na mão-de-obra assalariada.

[...] As mudanças sempre ocorreram a partir da velha ordem, que se metamorfoseava, amoldando os novos interesses até tornar-se, gradativamente, uma nova forma de dominação. Assim o capitalismo se fez no Brasil. Enquanto inauguração da

ordem competitiva, a sociedade de classes se consolidou, mas a burguesia, protagonista deste ato, não consolidou de imediato seu poder. Antes, participou de um processo de transição sob hegemonia da oligarquia e perdeu, aqui, seu ímpeto modernizador. (BALTAR, 2000, p. 38)

A herança colonial e os processos posteriores resultaram na atual estrutura fundiária concentrada, gerando, ao mesmo tempo, poder econômico e poder político. Uma das conseqüências é a formação de verdadeiros focos onde persiste a tradição eleitoral clientelista, que garante partidos com grande representação parlamentar.

Trata-se de uma força que se articula para garantir a votação de leis para defender seus próprios interesses e permanece intimamente vinculada ao núcleo central do sistema capitalista.

[...] Não há, nas classes dominantes, interesses antagônicos entre um setor latifundiário (feudal, aristocrático, conservador) e uma burguesia (moderna, democrática, nacionalista). Portanto, não há que se esperar uma revolução burguesa nos moldes dos modelos clássicos francês ou inglês. A burguesia fora formada sob o manto da dependência colonial, e integrara-se a este sistema tanto quanto o setor agrário-exportador. (BALTAR, 2000, p. 52)

É esse o Estado capitalista que enfrenta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — e utiliza a mídia nesse confronto. A violência que a imprensa demonstra ao atacar o MST é uma prova do domínio da mídia pela mesma classe dominante que controla o Estado no Brasil. A questão ideológica fica clara nesse processo e permite entender a forte ligação existente entre classes dominantes e proprietários da grande imprensa no Brasil. Essa concepção também existe nos princípios básicos do MST e está presente em suas estratégias quando aponta o enfrentamento (e a derrota) do capitalismo como sendo fundamental para alcançar seus objetivos.

CAPÍTULO 2

MANIPULAÇÃO E PODER

[...] Na verdade, a volta da inflação criou uma das poucas oportunidades em que o povo brasileiro pôde descobrir, por si mesmo, a gigantesca e mais do que vergonhosa, deprimente e lesa-sociedade, manipulação do noticiário econômico (e político) no governo FHC. Sem medo de exagerar, pode-se comprovar que as técnicas jornalísticas e a experiência de profissionais regidamente pagos foram utilizadas permanentemente para encobrir a realidade. (Aloysio Biondi, in ABRAMO, 2003, p. 54)

2 MANIPULAÇÃO E PODER

2.1 OS DONOS DA MÍDIA

No começo do século XX, no texto intitulado “A Autocracia Vacila”, Lênin defendia a liberdade: “exigimos em primeiro lugar o reconhecimento imediato e incondicional da lei de liberdade de reunião e de imprensa e a anistia para todos os detidos por motivos políticos ou religiosos”.

O próprio Lênin mostrou, também, a importância de um jornal na luta revolucionária com o texto “Pode um Jornal Ser um Organizador Coletivo?”:

[...] Se não se educam fortes organizações políticas locais, não terá valor o melhor jornal destinado a toda a Rússia. Completamente justo. Mas trata-se precisamente de que não existe outro meio para educar fortes organizações políticas senão um jornal para toda a Rússia. (LÊNIN, 1979, p. 193)

Para se entender melhor o papel da mídia atualmente é fundamental a contextualização histórica da imprensa em relação ao mundo capitalista — ela tem vocação para ser instrumento do capitalismo. O estabelecimento da imprensa com caráter periódico no século XVII está ligado diretamente às necessidades da burguesia ascendente. Lage (1982, p. 18) também ressalta a questão da liberdade:

[...] a Imprensa periódica vinha atender a uma necessidade social difusa. [...] A burguesia ascendente utilizou seu novo produto para a difusão dos ideais de livre comércio e de livre produção que lhe convinham. Logo também viriam as respostas do poder político autocrático a essa pregação subversiva, sob a forma de regulamentos de censura ou da edição de jornais oficiais ou oficiosos, vinculados aos interesses da aristocracia. A liberdade de expressão do pensamento somou-se, na luta contra a censura, às outras liberdades pretendidas no ideário burguês, e o jornal tornou-se instrumento de luta ideológica, como jamais deixaria de ser.

Vários debates aconteceram em torno da liberdade na fase inicial da imprensa periódica. Antes da Revolução Francesa, os ideais de liberdade eram defendidos ferrenhamente, contra as diferentes formas de censura que havia na Europa. Por outro lado, nos Estados Unidos a questão da liberdade de imprensa teve características muito específicas. A Primeira Emenda à Constituição (em 1791) consagrou o princípio da Liberdade Imprensa. O nome de Thomas Jefferson tornou-se um mito na história dos Estados Unidos como defensor da Liberdade de Imprensa.

Somente no século XIX é que a Europa consegue se desvencilhar de praticamente um século de censura e restrições à imprensa. A Revolução Industrial promoveu, ao mesmo tempo, a liberalização do controle sobre a imprensa; o surgimento de setores da população interessados em leitura e informação, e a mecanização na produção de jornais — possibilitando aumento da tiragem e da circulação. Também é dessa época a introdução da venda de espaço publicitário nos jornais, acarretando uma diminuição do preço do exemplar, tornando-o mais acessível a setores da população com menor poder aquisitivo.

Lage (1982, p. 24-25) mostra uma evolução da chamada técnica de fazer jornal (“que não deve ser confundida com a tecnologia de fabricação dos jornais”) respondendo às situações históricas. Os textos opinativos e interpretativos dominam os primórdios dos periódicos. Havia uma utilização, por parte da burguesia, de críticas sintonizadas com os conflitos com os governos aristocráticos. Com a chegada da burguesia ao poder, a imprensa passa a ter necessidade de uma nova postura. Um setor significativo adota os fundamentos da imparcialidade, da objetividade e da veracidade na informação (e, portanto, passa a ser mais prestigiado). É nesse cenário que surge a imprensa também em nosso país.

[...] A história do jornalismo brasileiro pode ser dividida em quatro períodos distintos: o de atividade sobretudo panfletária e polêmica, que corresponde ao Primeiro Reinado e Regências; o de atividade predominantemente literária e mundana, que corresponde ao Segundo Reinado; o de formação empresarial, na República Velha; e a fase mais recente, marcada por oposições aparentes do tipo nacionalismo/dependência, populismo/autoritarismo, tanto quanto pelo uso intensivo da comunicação no controle social. (LAGE, 1982, p. 29)

Datam do século XIX alguns dos jornais mais duradouros do Brasil: o Jornal do Comércio (1827), a Gazeta de Notícias (1874) no Rio de Janeiro, O Estado de São Paulo (1875) e o Jornal do Brasil (1891). Na virada do século XX o jornalismo brasileiro descobre a publicidade e a perspectiva empresarial. Começa uma nova reviravolta na história da imprensa brasileira:

[...] Os oito anos da ditadura Vargas trouxeram, além da liquidação do jornalismo político e da perda da qualidade da caricatura, uma intensa corrupção de jornais e jornalistas, com a Imprensa submetida ao controle do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)¹⁰. Após 1945, iniciou-se uma transformação marcada pela crescente influência norte-americana sobre a sociedade em geral e a imprensa em particular. (LAGE, 1982, p. 31)

O período seguinte também é marcado por mudanças nas empresas, e o surgimento de novos jornais. Um dos exemplos mais interessantes é o de Última Hora, fundado por Samuel Wainer na década de 50, marcado por um idealismo nacionalista.

A partir de 1964, a imprensa sofre com a censura do regime autoritário. A repressão sofrida afetou o conteúdo e os grandes jornais apostam em mudanças gráficas para se tornarem mais atraentes. As mudanças, segundo Lage, tiveram um alcance maior:

[...] No Brasil, projetou-se então na ideologia a distinção de classes de uma sociedade industrial antes mais ou menos ocultada pela presença populista: os jornais já não eram feitos para todos, mas para camadas do público. [...] Apesar de as tiragens não serem muito significativas, a publicidade, sobretudo institucional, tornou-se farta nos jornais sobreviventes à forte concentração empresarial [...] (LAGE, 1982, p. 32)

O livro História da Folha de S. Paulo (1921 – 1981)¹¹ mostra que a Folha tem uma trajetória semelhante. Sua primeira edição circulou em 19 de fevereiro de 1921, com o nome Folha da Noite, e era um jornal vespertino, resultado

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p.72.

¹¹ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de São Paulo (1921 – 1981)**. São Paulo: Impres, 1980.

de um projeto do qual participaram vários jornalistas oriundos da redação de O Estado de São Paulo. A idéia inicial era atingir um público leitor diferente do Estadão, por isso o horário vespertino e a definição como um “jornal popular”.

O jornal se consolida rapidamente e, em 1º de julho de 1925, o grupo lança a Folha da Manhã. Seus dois jornais mantinham uma linha oposicionista até que, em 1929 (após mudanças na sociedade da empresa), passam a ser governistas. Em 1945 há nova alteração na sociedade que passa a se chamar “Empresa Folha da Manhã S/A”, mantendo os dois títulos.

Mais um jornal é criado em 1º de julho de 1949: a Folha da Tarde. No dia 1º de janeiro de 1960 acontece a unificação dos três jornais com o nome de **Folha de S. Paulo** — que passa a ter três edições diárias. O grupo Frias-Caldeira assume o controle da empresa em 1962. Em 19 de outubro de 1967, a Folha da Tarde volta a circular separadamente.

2.2 A MÍDIA DOS DONOS

A imprensa tem um papel enquanto representação de classe. Defende seus interesses e ataca os que contestam a hegemonia burguesa. Os meios de comunicação são usados nesse embate, independentemente dos princípios de liberdade e isenção que são defendidos em público.

Outro fator a ser analisado é a questão do poder. Muito além do fator de classe, os proprietários dos meios de comunicação querem e exigem participação no poder. Assim, interferem não apenas no embate ideológico, mas também na disputa política e no processo eleitoral. No texto “Mídia: Objeto e Fonte de Poder”, Carvalho (1999, p. 13) analisa a imprensa e as relações com o poder político:

[...] A compreensão do papel político da mídia no mundo contemporâneo e no Brasil envolve não apenas apresentar e denunciar a parcialidade da sua cobertura, mas identificar, de um lado, as forças que utilizam a mídia como um instrumento de poder e, de outro entender como a mídia se constituiu em um campo autônomo que tem crescente poder sobre os comportamentos e as decisões, inclusive políticas, das pessoas. Isto é, não apenas o poder sobre ou na mídia, mas também o poder da mídia.

Kucinski¹² demonstrou como se dá esse processo. Os meios de comunicação de massa conseguem ter uma forte influência e poder de manipulação graças ao alto grau de analfabetismo e ao baixo poder aquisitivo da maioria da população. Para essas pessoas, a percepção da sociedade é a recebida, principalmente, do rádio e da televisão, mais do que de jornais e revistas.

[...] A TV é hegemônica na formatação do espaço público e dominada por uma empresa com forte vocação monopolística. Enquanto na maioria das democracias liberais avançadas a audiência de TV é repartida entre diversas redes, e suas programações têm de se ater ao princípio da neutralidade político-partidária, no Brasil, uma rede apenas, sob o comando da TV Globo, domina a audiência e promove os candidatos de preferência das elites [...]

[...]

O rádio é o mais democrático meio de comunicação de massa no Brasil, o mais diversificado e heterogêneo. Mas a distribuição de sua propriedade tem papel decisivo na manutenção do clientelismo político e dos currais eleitorais em cidades médias e pequenas. (KUCINSKI, 1998, p. 16-17)

Existe um senso comum, uma generalização informal, sobre o que é a grande imprensa no Brasil: os jornais e revistas de circulação nacional, as redes nacionais de rádio e televisão. Alguns exemplos são os mais evidentes: as redes de TV *Globo*, *Sbt*, *Bandeirantes*, *Record*, etc.; os jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, etc.; as revistas *Veja*, *Isto é*, *Época*, e outras.

De formas diferentes, acabam sendo incluídos os veículos de comunicação com características estaduais ou regionais. Alguns exemplos: *Rede Paranaense de Comunicação* (jornal *Gazeta do Povo*, afiliadas da TV Globo no Paraná), *Grupo Paulo Pimentel* (emissoras de TV ligadas ao SBT no Paraná, jornal *O Estado do Paraná*), *RBS* (afiliadas da TV Globo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do jornal *Zero Hora*, etc.). Em muitos casos, também entram na lista os veículos com abrangência municipal ou de uma região do estado, como a *Folha*

¹² KUCINSKI, Bernardo: Jornalista e professor. Professor de jornalismo e chefe de Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) e autor de vários livros. Sua obra, aqui citada, é fundamental para se entender a imprensa brasileira, principalmente a análise sobre a manipulação da mídia nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998:

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

de Londrina.

Essa idéia é comum, principalmente, entre os profissionais do jornalismo, políticos dos mais variados partidos, dirigentes sindicais e de movimentos populares, além de setores importantes de pesquisadores de universidades brasileiras.

São excluídos desse grupo os jornais e revistas considerados alternativos e as empresas estatais (como a *TV Cultura*, de São Paulo). No caso dos veículos alternativos, há várias diferenças: alguns são ligados a partidos políticos (como a revista *Teoria e Debate*, do Partido dos Trabalhadores), outros a movimentos sociais (o jornal *Brasil de Fato*, ligado ao MST), além dos casos mais conhecidos como a revista *Caros Amigos*.

No caso da grande imprensa, não se faz distinção de audiência (emissoras de rádio e TV) nem de vendagem (jornais e revistas), ou mesmo de capacidade financeira. O mais importante é que as empresas que controlam os veículos de comunicação da chamada grande imprensa têm em comum a mesma ideologia. Uma parte significativa dos veículos é filiada a uma das entidades nacionais representativas de cada setor (ou de suas dissidências): a Associação Nacional dos Jornais — ANJ —, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT — e a Associação Nacional dos Editores de Revistas — ANER —, o que reforça a questão ideológica.

[...] a mídia desempenha papel mais ideológico que informativo, mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais. Essa função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica. (KUCINSKI, 1998, p. 17)

O processo de “satanização” do MST pela mídia ocorre em todo o país. A chamada “grande imprensa” — cuja principal característica é estar a serviço da ordem burguesa — tem um discurso afinado, alinhado com os interesses do governo federal (gestão de Fernando Henrique Cardoso), cuja tônica é combater o MST. As práticas são visíveis: ênfase para as disputas e problemas internos do movimento, utilização de fotos para mostrar armas e “destruição”, o velho chavão de usar a expressão “invasão” em vez de “ocupação”. A propósito disso Gohn mostra

que as atitudes da mídia são geradoras de violência:

[...] Resulta que, a partir de maio de 97, a mídia das grandes empresas, ávidas por manchetes acirradas, voltou à posição anterior, de combate às ações do MST. As representações e as imagens boas foram se alterando segundo a conjuntura das relações do MST com o governo, e de problemas internos do próprio MST, que passaram a ser noticiados sistematicamente (tais como o distanciamento de um discurso libertário emancipador dos oprimidos e as práticas internas de algumas lideranças, tidas como rígidas, fechadas e autoritárias, segundo depoimentos dos próprios assentados). [...] Com isto, a posição dos principais órgãos da mídia deixou a 'simpatia' dos dias da marcha para o combate sistemático das ações do MST, divulgando apenas os problemas. (GOHN, 2000, p.147)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — virou objeto de crítica, alvo, e, muito mais, um verdadeiro “inimigo” a ser combatido pela mídia. Isso não se dá por acaso. Os mesmos motivos que levaram vários estudiosos a analisarem o MST como fenômeno popular, também serviram de alerta às elites brasileiras. As reações da imprensa refletem esses sinais de alerta.

2.3 VERDADES E VERDADES

O jornalista (e também professor) Perseu Abramo¹³ deixou um legado profissional e ético que influenciou, influencia e vai continuar influenciando várias gerações de jornalistas. Em quase meio século de atividade profissional, destacou-se por ser uma referência ética. Um dos destaques de sua obra é o ensaio Padrões de manipulação na grande imprensa — transformado em livro alguns anos após sua morte. Um conceito importante definido por Abramo (2003, p. 23) é que “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa [grifo nosso], é a manipulação da informação”.

Os padrões de manipulação estabelecidos formam um roteiro para a identificação e a classificação da manipulação na imprensa. Assim Abramo (2003,

¹³ ABRAMO, Perseu: Jornalista e sociólogo. Foi professor de sociologia na Universidade de Brasília e na Universidade Federal da Bahia, e professor de jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Fundação Armando Álvares Penteado.

p.24-35) classifica os padrões de manipulação:

1. Padrão de ocultação;
2. Padrão de fragmentação;
3. Padrão da inversão;
4. Padrão de indução;
5. Padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio.

Na mesma obra de Abramo (2003, p. 18) encontramos o prefácio assinado por Hamilton Octávio de Souza¹⁴ que ressalta a questão da manipulação e a subordinação da imprensa ao governo de Fernando Henrique Cardoso, além de se referir à imprensa como aliada e mesmo parte da elite dominante brasileira.

Para Souza, a manipulação está estruturada no modo de produção do jornalismo. Longe de ser uma ação restrita aos empresários, com seus interesses específicos e diretos, quem produz a manipulação é o profissional da redação, o jornalista que passou pela universidade e que entende de comunicação. Podemos acrescentar: o jornalista que está “impregnado” pela ideologia do proprietário do veículo em que trabalha.

[...] os padrões de manipulação observados, identificados e classificados por Perseu Abramo podem ser aplicados de forma integral na análise dos veículos atualmente, inclusive porque as distorções que ele denuncia assumiram com muito mais desenvoltura o domínio das redações — após mais de dez anos de adesão da imprensa brasileira aos valores do neoliberalismo e a participação da mídia no exercício do poder formal das elites dominantes. (in: ABRAMO, 2003, p.18)

Esse é o cenário no qual desenvolvemos nossa pesquisa. Além disso, temos o referencial teórico-metodológico como suporte. As referências de Perseu Abramo vão permear todo este trabalho.

A manipulação também pode ser encontrada num dos veículos mais representativos da chamada grande imprensa brasileira: o jornal Folha de São

¹⁴ SOUZA, Hamilton Octávio de: Jornalista e professor universitário. Foi aluno e colega de trabalho de Perseu Abramo. Dentre várias atividades profissionais e cargos, destacam-se a chefia do Departamento de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o de editor da revista Sem Terra.

Paulo. Este é o tema central de nosso trabalho, ou seja, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — está representado no jornal.

Nossa pesquisa está definida pelo seguinte roteiro: em primeiro lugar, a seleção do jornal, a Folha de São Paulo, por ser representativo da grande imprensa, ser tradicional e ter abrangência nacional. Essa representatividade nos permite fazer este recorte para entender o papel da grande imprensa — unificada do ponto de vista ideológico.

[...] A estrutura da propriedade das empresas jornalísticas no Brasil reproduz com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade da terra; na gestão dos jornais predominam as práticas hedonísticas e de favoritismo típicas da cultura de mando da grande propriedade rural familiar.

[...] no Brasil os jornais, propriedade dessa oligarquia, compartilham uma ideologia comum, variando apenas em detalhes não significativos. (KUCINSKI, 1998, p. 16)

Não são os meios de comunicação que definem sua ligação, mas é na mensagem que se encontra o elo comum. Um exemplo é a defesa intransigente da propriedade privada e da livre iniciativa. Como afirma Bassani¹⁵:

[...] A mídia, como um todo, não é necessariamente um bloco homogêneo, mas é no conteúdo que ela expressa sua homogeneidade, que ela se efetiva de maneira homogênea — um dos pilares fundamentais da estrutura ideológica do sistema capitalista. A mídia está situada naquilo que Gramsci definiu como supra-estrutura. Os proprietários dos meios de comunicação fazem parte de uma mesma estrutura, são representantes de vários segmentos do capital e agem na difusão de seus interesses.

Além do comprometimento ideológico e da sua representatividade, a Folha de São Paulo se apresenta como o maior — e o mais influente — jornal do Brasil¹⁶:

¹⁵ BASSANI, Paulo: Professor do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, orientador deste trabalho. Comentário realizado durante o processo de orientação dessa dissertação em dezembro de 2005.

¹⁶ Informações sobre a Folha de São Paulo: disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/> Acessado de 3 a 6 de janeiro de 2006.

[...]. A Folha é hoje o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação. Os números — auditados pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação) [...]

O jornal se consolidou nessa posição durante a campanha pela redemocratização do país, em 1984, quando empunhou a bandeira das eleições diretas para presidente. [...]

Fundada em 1921, tornou-se na década de 80 o jornal mais vendido no país (no ano passado, a circulação média foi de 350 mil em dias úteis e 430 mil aos domingos). O crescimento foi calcado nos princípios editoriais do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. [...] Foi o primeiro veículo de comunicação do Brasil a adotar a figura do ombudsman e a oferecer conteúdo on-line a seus leitores.

Em segundo lugar, selecionamos um ano (2000), para não aumentar demais o número de matérias e tornar inviável a pesquisa. A escolha de 2000 também está baseada no fato da Folha ter publicado reportagens que provocaram uma série de reações e protestos. Além do incremento das ações e dos protestos do MST, o ano de 2000 é o marco dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil.

Aplicamos, em seguida, uma busca nos arquivos da Folha de São Paulo por citações ao MST e à Reforma Agrária. Utilizamos os arquivos eletrônicos do jornal¹⁷, disponíveis (para assinantes) no sítio do UOL — Universo Online — na Internet. Devido ao grande número de textos encontrados, restringimos a busca à primeira página (capa do jornal).

Encontramos 107 (cento e sete) textos para serem analisados. Quando a busca encontrava apenas uma chamada na capa, ou seja, uma referência para que leitor procurasse ler determinado artigo no interior do jornal (um editorial, por exemplo), incluímos aquele texto na pesquisa. Ao fazer a inclusão, fizemos isso junto com a chamada, o que não modificou a quantidade total (107) de textos na pesquisa.

¹⁷ Arquivos da Folha de São Paulo: disponível (para assinantes) em <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/arquivos/> Acessado de 3 a 6 de janeiro de 2006.

CAPÍTULO 3

INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE

As ciências sociais, de maneira particular a sociologia, têm demonstrado, nos últimos anos, um interesse especial em investigar e analisar a emergência dos movimentos sociais contemporâneos, observando o significado, conteúdo, organização e própria dinâmica destes movimentos no contexto social. Tal interesse prende-se mais diretamente ao conteúdo político que estes movimentos envolvem, resultantes, em primeira instância, do acirramento das contradições do antagonismo de classes. (BASSANI, 1989, p. 142)

3 INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE

3.1 LUTA COTIDIANA

A partir dos parâmetros definidos nos capítulos anteriores, foi preciso estabelecer um referencial teórico-metodológico. Para se entender esse processo é preciso, de início, fazer algumas considerações sobre os Movimentos Sociais. Muitos são os autores que analisam os movimentos sociais e não há direção única nesse debate. A polêmica aumenta quando a referência passa a ser os Movimentos Sociais do Campo.

Qual a origem dos movimentos sociais? Kärner (1987, p. 19) considera que há dois fenômenos responsáveis por esse processo. Por um lado, uma crescente alienação, acompanhada de perda de confiança nas organizações políticas tradicionais. De outro lado está o sonho de uma sociedade livre e humana e a vontade de realizá-la na prática da luta cotidiana pela sobrevivência.

Não há diferenças significativas na origem dos processos que ocorrem em países industrializados ou em desenvolvimento (e nem sempre são causas econômicas). Para Kärner (1987, p. 23), nos países industrializados, nem mesmo “formas de exploração” acabam provocando conflitos que resultem em movimentos sociais.

[...] A composição social de um movimento é, por certo, sempre especificamente de classe, ainda que não represente uma única classe homogênea. Tanto assim que pode chegar a ser um verdadeiro movimento de massas. (KÄRNER, 1987, p. 24)

Kärner (1987, p. 25) também define as condições mínimas para o surgimento de um movimento social. Uma delas é a existência de espaço para comunicação e expressão coletivas. Se há estruturas sociais totalitárias impedindo essa possibilidade é improvável o surgimento de movimentos sociais. Entretanto, movimentos sociais podem se desenvolver a partir de “certas estruturas subversivas básicas, [...] em tempos de relativa liberalização”.

No caso de países industrializados, segundo Kärner (1987, p. 25) “apesar de divulgação de uma tradição marxista vulgarizada”, não há uma classe revolucionária com capacidade de iniciar e dirigir movimentos sociais nacionais. No entanto, multiplicam-se conflitos específicos, ou mesmo regionais, que os grupos tradicionais (por exemplo, partidos e sindicatos) são incapazes de canalizar. Quando isso ocorre, há uma burocratização e subordinação ao Estado, abrindo espaço para formas de organização extra-institucionais e até movimentos espontâneos de protesto e greves. Na Europa Ocidental temos o exemplo de movimentos juvenis, pacifistas, ecológicos e outros.

A América Latina também apresenta exemplos importantes de formação de movimentos sociais, em vários períodos da história. Mais especificamente, a partir dos anos 70 alguns exemplos podem ser citados: o forte movimento operário do ABC paulista (final da década), que resultou na formação do Partido dos Trabalhadores; o Sandinismo, na Nicarágua (no seu surgimento, um MS) que culminou com a tomada do poder no país; as diferentes lutas populares do Peru, Equador e Colômbia; as grandes ocupações de terras pelos camponeses do México, além de comitês de Defesa de Direitos Humanos e de Desaparecidos e Vítimas das Ditaduras na região. Outra força importante é a luta — cada vez mais forte — dos povos indígenas latino-americanos por suas reivindicações específicas.

Os movimentos sociais expressam a divisão da sociedade industrial em classes sociais. Refletem as contradições da estrutura econômico-social. No modo de produção capitalista há uma diferenciação social alimentada e que, ao mesmo tempo, mantém a exploração do homem pelo homem. Enquanto parte da sociedade de classes, o proletariado sofre a exploração de sua força de trabalho. Essas contradições aparecem no desejo de superação expresso pelos movimentos libertários, ou seja, a luta por uma sociedade sem classes. Scherer-Warren (1987, p. 37) define assim os movimentos sociais:

[...] uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Os princípios do marxismo-leninismo orientaram os principais MS do final do século 19 e a primeira metade do século 20 (tendo a classe operária como agente de transformação). Para Scherer-Warren (1987, p. 38), o marxismo continua trazendo a sua contribuição para os MS contemporâneos, mas tem o anarquismo como contraponto (em correntes filosóficas e teóricas contemporâneas):

[...] sobretudo nas novas correntes (modernidade e nova filosofia), que vêm realizando a crítica ao centralismo burocrático, ao autoritarismo e ao dogmatismo revolucionário presentes nos movimentos sociais tradicionais, contrapondo a estes movimentos novos projetos para conquistas de autonomias individuais e coletivas e que permitam a diversidade. (SCHERER-WARREN, 1987, p. 38)

A definição do período de tempo é outra característica importante apontada por Scherer-Warren (1987, p. 36). No caso do Brasil há uma ocorrência de MS que se organizam até o golpe de 64, e um período de refluxo durante a repressão militar. As retomadas das manifestações e novas formas de organização surgem na segunda metade dos anos 70. Os MS das décadas seguintes passam a ser chamados (para efeito de análise) de Novos Movimentos Sociais.

Uma diferença fundamental entre os chamados velhos movimentos sociais e os novos é a forma de organização. O modo de encaminhar as lutas também difere bastante. O clientelismo e o paternalismo aparecem muito fortes na forma de fazer política dos “velhos” MS. Democracia representativa e até mesmo a violência física estavam presentes.

A participação ampliada das bases e a democracia direta (sempre que possível) caracterizam os novos MS, além da oposição ao autoritarismo e centralização do poder. Como novidade aparece a luta pela ampliação do espaço da cidadania.

Nessa “categoria” também são analisados os MS do campo. Nos anos 70/80, surgem novas formas de organizações camponesas importantes como: Movimento das Barragens, Movimento dos Sem-Terra e Movimento de Mulheres Agricultoras.

O fato de não haver consenso entre os estudiosos não impede que o MST possa ser caracterizado como um movimento social. Apesar de divergências esta é uma premissa importante na análise de Kuschick, que afirma existir uma

identificação de MS com as contradições capitalistas (portanto, industriais e urbanas).

[...] Consideramos, no entanto, a possibilidade de argumentar o MST como movimento social a partir de sua inserção como tema da sociologia rural (anos 80), quando a ênfase não é a agricultura e sua economia, mas as relações sociais no campo, que, desiguais e acompanhando o desenvolvimento da agricultura capitalista, demandaram um novo tipo de organização, incorporando às antigas lutas sociais do campo reivindicações dos movimentos sociais urbanos. [KUSCHICK, 1996, Terceiro Capítulo (3.2)]

Elaborando uma análise diferente, porém complementar, Grzybowski (1987, p. 50) propõe algumas hipóteses sobre a participação das lutas dos movimentos sociais, mesmo fragmentadas e diversificadas, e o modo como têm repercussões na política. Um aspecto central nesse debate diz respeito diretamente às ações dos movimentos sociais no campo e como isso tem reflexo no processo de redemocratização do Brasil nos anos 80, particularmente na Nova República.

[...] como as tensões que constituem e se expressam pelo movimento dos trabalhadores rurais se propagam na arena política e como, em função delas, formulam-se projetos e ações para ou contra os trabalhadores. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 50)

A expansão capitalista no campo impõe ao trabalhador duas formas de opressão: a expropriação¹⁸ e a exploração¹⁹. Muitas vezes as duas situações aparecem combinadas. A forma como os movimentos sociais se articulam nesses enfrentamentos faz surgir diferentes especificidades dentre as categorias de camponeses que lutam por terra: sem-terra, posseiros, pequenos produtores marginalizados, etc. Isso também se reflete nas diferentes lutas de assalariados contra a exploração, revelando, inclusive, as formas de proletarização de expropriados do campo. Grzybowski afirma que:

¹⁸ Expropriação: separação dos trabalhadores rurais da terra e dos meios de produção.

¹⁹ Exploração: apropriação do sobretrabalho dos trabalhadores do campo.

[...] A questão agrária não deriva única ou centralmente da oposição entre os trabalhadores e a expansão da apropriação capitalista da terra, pois ao lado dela e simbioticamente ligada a ela ocorre a oposição entre os trabalhadores e a apropriação capitalista dos frutos do trabalho. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 51)²⁰

De qualquer forma, os reflexos das lutas no campo são sentidos em todas as camadas sociais do país. Para viabilizar a acumulação capitalista, as classes dominantes se valem de formas autoritárias e conservadoras. Nesse confronto, as ações dos movimentos sociais contra a sua exclusão política aparecem como formas de construção da verdadeira democracia:

[...] os movimentos de trabalhadores rurais se somam, inorganicamente é verdade, ao movimento mais profundo da sociedade brasileira que abre caminhos alternativos ao binômio autoritarismo-conciliação das elites e aponta para a construção de uma via democrático-popular. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 89)

A luta pela Reforma Agrária acaba sendo transformada numa das frentes de luta por democracia no Brasil. Sem Reforma Agrária não é possível alcançar a democratização do campo e, por conseqüência, do país:

[...] dela depende a ampliação da participação econômico-social dos trabalhadores rurais e a sua incorporação à cidadania plena. Por isso, a luta pela Reforma Agrária emerge do campo, mas diz respeito à sociedade como um todo. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 76)

Para Bassani (1989, p. 143) existem diferenças importantes na forma como se expressam — no modo de produção capitalista — os processos de exploração e expropriação no campo e na cidade. O resultado disso é o surgimento de MS específicos: os movimentos sociais urbanos e os movimentos sociais rurais.

O adversário é o mesmo, mas suas formas de responder são diferenciadas.

²⁰ Grzybowski admite, nesta questão, divergências com MARTINS que, “em suas diferentes obras, acaba erigindo como contradição central no campo a expropriação e definindo as lutas pela terra como as lutas politicamente mais importantes”.

[...] a praxis do proletariado pode ter como uma de suas metas a luta pela abolição da propriedade privada [...] as suas condições objetivas, podem levar o camponês a confundir a luta pela terra, “terra de trabalho”, com luta pela propriedade privada da terra, “terra de negócio”. (BASSANI, 1989, p. 143)

Continuando, Bassani (1989, p. 145) reafirma a importância de uma análise do potencial organizativo e político do camponês, dentro do processo de subordinação que acontece na estrutura de dominação capitalista. Ao ser confrontado com a realidade, o campesinato tem a possibilidade (e a capacidade) de entender as formas de dominação da sociedade capitalista.

É nesse processo que o movimento camponês pode encontrar condições objetivas nas contradições de classe para definir seu próprio projeto político alternativo. Para Bassani (1989, p. 145), “a efetivação desse projeto deverá envolver, necessariamente, a organização do movimento camponês, capaz de garantir a sustentação política desse projeto”.

Outra referência histórica é a dos exemplos da América Latina do século XX, principalmente onde o campesinato teve papel fundamental em revoluções ocorridas. No caso do México, o movimento camponês chegou a assumir a vanguarda. Em Cuba e na Nicarágua, por exemplo, teve um papel central dentro da aliança que garantiu o processo revolucionário. São apenas algumas das provas de como o campesinato pode ter uma organização política específica em defesa de seus interesses.

O MST tem uma linha política muito clara em relação ao debate sobre o campesinato, principalmente no seu próprio caso. Stedile²¹ afirma que existe certa confusão, sobre o papel do movimento camponês, provocada por setores das esquerdas clássicas (incluindo-se as alinhadas com Moscou ou ao Trotskismo) que cometeram um erro ao tentar fazer, no Brasil, um trabalho político apenas com os operários.

Pelo fato de o número de operários no país não corresponder à maioria da população, qualquer processo revolucionário para provocar mudanças sociais precisa reunir uma grande força popular. Para Stedile, isso deveria ser feito a partir da mobilização de milhões de pessoas entre pobres e trabalhadores que estão

²¹ STEDIILE, João Pedro (um dos coordenadores nacionais do MST): entrevista concedida à **Revista Praga** – Estudos Marxistas, nº 4, dezembro de 1997, São Paulo: Hucitec, 1997.

fora do setor fabril.

Outro conceito importante defendido pelo MST é o da divisão do trabalho na agricultura. Na mesma esquerda (clássica ou populista) criticada por Stedile, predominava a idéia de que seria difícil aplicar a divisão do trabalho na agricultura e, como consequência, seria preciso deixar os camponeses com sua propriedade individual. O desenvolvimento das forças produtivas seria tarefa do setor industrial. O MST discorda desse ponto de vista e defende que é possível desenvolver as forças produtivas na agricultura e aplicar a divisão do trabalho entre os camponeses.

Essa situação também levou alguns setores da esquerda a acreditarem que a vontade do camponês é apenas a propriedade da terra. Para Stedile, a vontade do camponês é poder unir a posse da terra com o processo produtivo de divisão do trabalho:

[...] na cabeça dele a idéia de ser dono da terra tem um conteúdo mais antropológico e cultural do que capitalista. [...] No imaginário ideológico dele, tem o mesmo peso do sonho operário da casa própria. [...] Admite-se como algo natural, como necessidade, ter casa.²²

O MST também considera uma questão importante a forma como são tratadas suas lutas específicas. Diferentemente dos movimentos corporativos que se desmobilizam ao atingir o objetivo imediato (salários, habitação, etc.), o MST adota uma postura de lutas prolongadas, já que o enfrentamento é com as injustiças decorrentes da estrutura capitalista.

Além disso, a luta deve ser travada em nível nacional (a estrutura do MST é assim) porque seus adversários possuem essa mesma característica: o latifúndio, a burguesia agrária e a legislação. Um desafio gigantesco em função do tamanho do Brasil e das características regionais do movimento camponês.

Assim, podemos apontar para algumas questões importantes: as lutas dos movimentos sociais e seu papel na transformação da sociedade. Também temos elementos para destacar o papel das lutas no campo caracterizadas nos movimentos sociais rurais, e sua importância dentro do contexto das lutas mais

²² Ibidem.

amplas no Brasil.

Todos os elementos sobre a definição do MST — enquanto movimento social — são importantes, principalmente para se entender o comportamento e as reações da imprensa, atitudes que afetam até mesmo a academia, como mostra Bassani²³.

[...] Isso tem levado a leituras precipitadas e distorcidas na academia [...] dificuldade de entender como, neste contexto contemporâneo, um movimento de origem rural como o MST ganha visibilidade na sociedade global. O que se esperava é que a organização dos trabalhadores urbanos ocupasse esse espaço. Esse é o grande fato, visto que os movimentos sociais têm um alcance maior. (AMARO, 2003, p. 12)

Essas características são cruciais para demonstrar que o MST é um movimento social camponês e permitir que seja observado, estudado, analisado e debatido. Podemos acrescentar, ainda, o fato de o MST ter características próprias de luta, sem se prender a fórmulas e dogmas, expandindo seus horizontes, apontando a necessidade de transformação da sociedade capitalista para que suas questões específicas tenham êxito.

Na seqüência, é importante caracterizar como deve ser feita a análise do material publicado na Folha de São Paulo. De qualquer forma, há uma questão central tanto na discussão dos movimentos sociais como nas análises do jornal: a ideologia. Antes de mais nada vamos discutir o que é, como aparece (ou não), como influencia e qual a importância da ideologia na vida das pessoas.

3.2 INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Apesar de — aparentemente — o significado de ideologia ser simples e conhecido, na verdade existe uma espécie de senso comum em torno do qual o imaginário das pessoas acredita que haja um entendimento. Entretanto, a questão apresentada é bastante complexa e não há uma definição exata de

²³ BASSANI, Paulo em entrevista concedida ao jornalista Chico Amaro: Uma ótica para ver o MST — entrevista com o Prof. Paulo Bassani. **Terra Vermelha**. (Jornal da UEL) Londrina, dez. 2003. Ano 4, nº 56, p. 11 a 13.

ideologia.

Dependendo da ideologia de quem a usa, a expressão ideologia aparece, quase sempre, carregada de um forte sentido pejorativo. Historicamente a palavra ideologia aparece no século XIX, e seu sentido sempre tem uma forte carga de seu próprio significado. De acordo com a ideologia de quem quer defini-la, seu significado aparece de modos diferentes.

A palavra foi usada no sentido de uma ciência (ou logos) de idéias pelo filósofo francês Destutt de Tracy em seu livro *Eléments d'Ideologie* (Elementos de Ideologia), publicado em 1801. Tracy, juntamente com Cabanis, De Gérando e Volney, pretendia elaborar uma ciência da gênese das idéias. Tracy elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis: vontade, razão, percepção e memória.

Os ideólogos franceses apoiaram Napoleão e o golpe de 18 Brumário, imaginando uma continuação dos ideais da Revolução Francesa. Mais tarde, percebendo o equívoco, passam para o partido de oposição. Depois de um discurso²⁴ de Napoleão, a palavra ideologia passa a ter o sentido pejorativo de que idéias estariam sendo usadas para obscurecer e manipular a verdade através do engano.

Os significados associados a “ideologia” aparecem claramente no conflito entre as idéias de Tracy e Napoleão: uma ciência de idéias, a noção de que as idéias se originam de alguma base fundamental. Também aparece a ligação de ideologia a idéias visionárias e subversivas e, portanto, a ligação de doutrinas a determinado grupo com planos de por em ação algum plano político potencialmente perigoso.

No entanto, se as idéias de Napoleão não se aplicam aos ideólogos franceses, é possível sua aplicação em relação aos ideólogos alemães, na forma das críticas de Marx. É curioso como Marx conserva o mesmo significado que Napoleão atribuiu ao termo ideologia: a inversão das relações entre as idéias e o real.

Temos, ainda, referências à ideologia em outros debates fora das correntes marxistas. Podemos citar Augusto Comte em seu *Cours de Philosophie Positive*. Mesmo com um sentido próximo ao do original, Comte emprega o termo

²⁴ Ao Conselho de Estado, em 1812, Napoleão afirmou que: “Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história.”

com dois significados. Em primeiro lugar, ideologia como atividade filosófico-científica que estuda as idéias observando as relações entre o corpo humano e o meio ambiente (sensações). Por outro lado, ideologia passa a ter o significado do conjunto de idéias de uma determinada época, ou seja, uma “opinião geral” na elaboração teórica dos pensamentos daquele período.

Para Chauí, a forma como o positivismo apresenta a questão da ideologia provoca algumas conseqüências:

[...] 1. define a teoria de tal modo que a reduz à simples organização sistemática e hierárquica de idéias, sem jamais fazer da teoria a tentativa de explicação e de interpretação de fenômenos naturais e humanos a partir de sua origem real.

[...] 2. estabelece entre a teoria e a prática uma relação autoritária de mando e de obediência, isto é, a teoria manda porque possui as idéias e a prática obedece porque é ignorante.

[...] 3. concebe a prática como simples instrumento ou como mera técnica que aplica automaticamente regras, normas e princípios vindos da teoria. (CHAUI, 1983, p. 27-28)

O fundamento dessa concepção é que a prática é uma aplicação de idéias que a comandam. Isso pressupõe uma harmonia entre teoria e ação. Qualquer fato que provoque uma contradição nessa relação representa uma anormalidade. Se ações humanas (individuais ou não) se confrontarem com as idéias, isso resulta num caos, ou desordem. Em síntese, um perigo para a sociedade porque, como sabemos, o lema do positivismo é “Ordem e Progresso”.

O termo ideológico também pode ser encontrado em Durkheim, no segundo capítulo do livro Regras para o método sociológico. Para Durkheim, a regra básica da objetividade científica é a separação entre o sujeito do conhecimento e o objeto do conhecimento. Essa separação garante a objetividade ao garantir a neutralidade do cientista — e ideologia é todo o conhecimento da sociedade que desrespeite esses critérios.

Do ponto de vista de nossa análise, o importante é verificar a concepção marxista de ideologia. Como já vimos, os movimentos sociais participam diretamente de processos de luta que podemos caracterizar efetivamente como sendo da luta de classes. Os movimentos sociais se organizam (e lutam) a partir de concepções e sustentação ideológicas. A forma como se apresenta a questão da ideologia dentro dos movimentos sociais — e também a concepção de ideologia —

tem interpretações diferentes nas várias correntes do marxismo.

Retomando a questão histórica, Marx caracteriza ideologia no texto *A Ideologia Alemã*. Nesse caso, a análise de Marx está dirigida diretamente aos pensadores alemães posteriores a Hegel. Em situações diferentes, Marx coloca na mesma categoria os pensadores franceses e ingleses. No entanto, há uma distinção no tipo de ideologia que produzem. Para Chauí (1983, p. 33) “entre os franceses, a ideologia é sobretudo política e jurídica, entre os ingleses, é sobretudo econômica. Os ideólogos alemães são, antes de tudo, filósofos”.

Quando Marx e Engels denunciaram seus oponentes como “ideólogos”, elaboraram uma teoria da “verdade histórica” que afirmava que seus próprios pontos de vista eram científicos. Assim, em termos do materialismo histórico, a compreensão de ideologia está ligada diretamente à luta de classes. A ideologia é tratada como instrumento dos dominantes para exercer sua dominação — sem que os dominados o percebam.

Outra questão importante para o entendimento da ideologia é a separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual (separação entre trabalhadores e pensadores). A existência da ideologia está ligada à noção de que o trabalhador “não sabe pensar” e o pensador é aquele que não trabalha. Outro aspecto objetivo é o fenômeno da alienação. Pelo fato de não terem conhecimento da história real, os trabalhadores pensam que a origem de sua vida social é o resultado de forças ignoradas (divinas ou da natureza).

O papel do intelectual também está presente na obra do teórico marxista Antonio Gramsci. Mesmo durante os vários anos em que esteve preso por ordem do regime fascista de Mussolini, na Itália, Gramsci não deixou de produzir — são desse período, inclusive, “Memórias do Cárcere” e “Cartas do Cárcere”. Suas contribuições teóricas são consideradas importantes e têm aplicação no entendimento de questões bem atuais. Analisando o tema da hegemonia, Angeli afirma:

[...] Um dos elementos da subordinação de classe, quer teórico, quer prático, é precisamente o fato de não conseguir elaborar uma identidade própria. Gramsci afirma que é preciso atacar a alma, o “espírito” que sustenta a subordinação dessa classe. É preciso atacar os costumes, os grandes intelectuais e ganhar aqueles que se situam nas escalas mais baixas [...] é necessário combater a filosofia reacionária e as formas populares degradadas, por onde a ideologia dominante chega às massas através do sentido comum e do folclore. (1998, p. 27)

Para Gramsci é preciso entender a sustentação do poder da burguesia por meio das supra-estruturas. Por um lado, temos uma estrutura social, e por outro, uma supra-estrutura ideológica e política, que é assegurada pelo papel desempenhado por seus “funcionários”, os intelectuais.

[...] já que a burguesia se mantém sobretudo pela coerção. Nesse sentido, Gramsci ressalta o papel dos intelectuais, que asseguram a hegemonia da classe dirigente, bem como, são capazes de construir uma nova hegemonia que represente as classes subalternas. [...] adverte que, se não se tem o poder, não é possível completar a hegemonia. (ANGELI, 1998, p. 28)

A ideologia é possível graças à dominação de uma classe sobre as outras. A força da ideologia está no fato dela ocultar como se dá a dominação real. Os homens devem acreditar que suas vidas estão ligadas a regras pré-estabelecidas, que a natureza é assim mesmo, ou se trata de algo divino, e que é legítimo e legal que se submetam a isso. A experiência vivida imediata e a alienação produzem uma confirmação a respeito dessas idéias. A ideologia tem por finalidade fazer os homens acreditarem que essas idéias representam efetivamente a realidade, ou seja, que são a “verdade”.

[...] A divisão social do trabalho, ao separar os homens em proprietários e não proprietários, dá aos primeiros poder sobre os segundos. Estes são explorados economicamente e dominados politicamente. [...] a classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos são dois: o Estado e a ideologia. (CHAUI, 1983, p. 90)

A classe dominante usa o Estado como forma de coerção e repressão social, instrumento de poder sobre toda a sociedade. O mecanismo para que isso funcione é o Direito. Cabe ao Direito e às leis darem uma aparência legítima à dominação, sem parecer uma violência. O papel da ideologia é exatamente fazer a realidade do Estado ser substituída pela idéia do Estado — que aparente ser o interesse geral e não permita que se perceba a dominação de uma classe sobre a outra.

A essência da ideologia é servir de instrumento de dominação.

Segundo Chauí, achar que exista uma espécie de ideologia dos dominados não corresponde às concepções marxistas de definição de ideologia:

[...] Por esse motivo cometemos um engano quando imaginamos ser possível substituir uma ideologia “falsa” (que não diz tudo) por uma ideologia “verdadeira” (que diz tudo). Ou quando imaginamos que a ideologia “falsa” é a dos dominantes, enquanto a ideologia “verdadeira” é a dos dominados. Por que nos enganamos nessas duas afirmações? Em primeiro lugar, porque uma ideologia que fosse plena ou que não tivesse “vazios” e “brancos”, isto é, que dissesse tudo, já não seria ideologia. Em segundo lugar, porque falar em ideologia dos dominados é um contra-senso, visto que a ideologia é um instrumento de dominação. Esses enganos nos fazem sair da concepção marxista de ideologia para cairmos na concepção positivista de ideologia. (CHAUI, 1983, p. 115)

No presente trabalho, que envolve um processo de análise dos conteúdos de um jornal, é importante delimitar os aspectos ideológicos que existem nos meios de comunicação. É preciso entender como a ideologia (neste caso a da classe dominante) está presente durante todo o processo de produção da notícia. Evidentemente nesse processo existe a participação direta do profissional jornalista, neste caso, também, fortemente influenciado pela ideologia.

Outro autor que também é importante dentro do contexto de nossa análise é Louis Althusser. Mesmo sendo muito polêmico, Althusser²⁵ tem uma contribuição a este debate porque faz referências diretas ao papel dos meios de comunicação na sociedade e, durante nossa pesquisa, alguns de seus conceitos são corroborados. Por outro lado, o autor tem uma importância destacada na discussão da Análise do Discurso.

Althusser (2001, p. 67) define a existência de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) dentro da estrutura formal do Estado, conforme o entendimento marxista sobre o tema. Althusser classifica os AIE para diferenciar da existência dos Aparelhos de Estado (AE) definidos na forma da teoria marxista — o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc. — que passam a

²⁵ ALTHUSSER, Louis (1918-1990): filósofo, militante e pensador marxista, sofria de psicose maníaco-depressiva. Polêmico devido às suas posições políticas (foi um crítico da burocratização e do autoritarismo do regime soviético) e, principalmente, ao fato de ter assassinado sua esposa Hélène (socióloga e militante comunista), em 1980, durante uma de suas crises profundas. Seu estado de saúde impediu que fosse julgado pelo crime, o que o levou a ser internado num hospital psiquiátrico e à condenação pública até sua morte, em 1990. Para melhor compreensão, recomendamos a leitura de:

CASSIN, Marcos. **Louis Althusser**: o ressurgimento de um desaparecido. Impulso Revista de Ciências Sociais e Humanas, v. 11, nº 24, p. 111-126. Piracicaba – SP: Editora UNIMEP, 1999.

ser chamados de Aparelhos Repressivos de Estado (ARP).

Para Althusser, a existência de um ARE remete ao domínio público, em contraposição à existência de vários aparelhos ideológicos do Estado (em sua grande maioria no domínio privado). Como exemplos de instituições do AIE, são citados, entre outros, o religioso (o sistema das diferentes Igrejas), o escolar (público e privado), o jurídico, o político, o sindical, o cultural e o de informação (imprensa, rádio, televisão, etc).

É importante ressaltar que muitos veículos de comunicação — a grande maioria — são privados. Até mesmo a maior parte das emissoras de rádio e de televisão — todas são concessionárias do serviço público — pertence à iniciativa privada. O único elo com o serviço público é o fato de que dependem de concessão. Do ponto de vista da empresa, todas as suas ações, desde a contratação de pessoal, passando por programação e conteúdo, e — principalmente — a linha editorial são atribuição exclusiva do concessionário (na realidade, o proprietário da emissora).

Já no caso de jornais e revistas não existe necessidade de concessão, bastando o registro comercial da empresa. Isso vale também para os veículos que são divulgados pela Internet, por exemplo. É evidente que, no caso da imprensa, não há aqui nenhuma defesa de mecanismos de controle do Estado sobre programação e conteúdo, muito menos de qualquer tipo de censura. Defendemos, entretanto, que os princípios éticos do jornalismo sejam aplicados e respeitados.

É preciso lembrar que no Brasil não existem mecanismos de defesa dos usuários (leitores de jornais, telespectadores, etc.), que garantam os seus direitos básicos — direito à informação, direito à liberdade de expressão — e que poderiam impedir possíveis manipulações e distorções nos conteúdos da imprensa. Os profissionais que trabalham na área (incluindo os jornalistas) também sofrem com essa situação e, muitas vezes, são submetidos às decisões do proprietário da empresa²⁶.

Independente de como se estabelece — ou como é controlada — uma empresa de comunicação (até mesmo as concessionárias de rádio e televisão),

²⁶ Os jornalistas discutem, há muito tempo, a defesa de condições adequadas de trabalho, direitos trabalhistas e normas eficazes para a Ética profissional. Como forma de defender a Regulamentação da Profissão e uma efetiva aplicação do Código de Ética, a Federação Nacional dos Jornalistas — FENAJ — defende a criação de um Conselho Federal de Jornalistas, a exemplo do que ocorre em outras categorias. Para melhor compreensão do assunto, recomendamos a leitura da proposta do Conselho (e de textos correlatos) no sítio da federação na Internet, disponível em www.fenaj.org.br.

suas características de instituição privada sempre são preservadas. De qualquer forma, fica o questionamento: como esse tipo de instituição pode ser considerado um Aparelho Ideológico de Estado?

[...] Como marxista consciente, Gramsci já respondera a esta objeção. A distinção entre o público e o privado é uma distinção intrínseca ao direito burguês, e válida nos domínios (subordinados) aonde o direito burguês exerce seus “poderes” [...] o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, ele é ao contrário a condição de toda a distinção entre o público e o privado.

[...] Pouco importa se as instituições que os constituem sejam “públicas” ou “privadas”. O que importa é o seu funcionamento. [...] o Aparelho repressivo do Estado “funciona através da violência” ao passo que os Aparelhos Ideológicos do Estado “funcionam através da ideologia”. (ALTHUSSER, 2001, p. 69)

É evidente que a afirmação sobre o Aparelho (repressivo) do Estado “funcionar através da violência” deve ser considerada com os devidos cuidados. Isso ocorre no caso de situações limites, mais graves, onde há repressão física. Um exemplo de outra situação, a repressão administrativa, pode ter características não físicas. De qualquer forma, o funcionamento dos Aparelhos do Estado (tanto os repressivos como os ideológicos) deve ser entendido como sendo por meio de violência como também pela ideologia.

[...] O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo).

[...] Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). (ALTHUSSER, 2001, p. 70)

Althusser defende ainda que os Aparelhos Ideológicos do Estado devam ser analisados a partir da luta de classes. Esse é realmente o cenário para a compreensão de como a ideologia dominante pode se concretizar por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Efetivamente, Althusser apresenta algumas diferenças em relação a Chauvi na definição de ideologia ao apontar a “existência” de

uma ideologia do dominado:

[...] das formas da luta de classes das quais os AIE são a sede e o palco. [...] se é verdade que os AIE representam a forma [grifo do autor] pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente se realizar, e a forma pela qual a **ideologia da classe dominada** [grifo nosso] deve necessariamente medir-se e confrontar-se, as ideologias não “nascem” dos AIE mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc. (ALTHUSSER, 2001, p. 107)

Mesmo com visões tão distintas entre as correntes marxistas, podemos usar os diferentes autores como referências na questão da ideologia, fundamental nesta pesquisa, cujo foco principal é a **Folha de São Paulo** — que pertence a um grupo empresarial (cujo controle ainda é familiar), e defende princípios ideológicos da classe dominante.

3.3 PODER PELA LINGUAGEM

O caráter ideológico está presente na natureza de todo sistema de comunicação e, por conseqüência, na linguagem. Bakhtin aponta uma perfeita sintonia entre o mundo dos signos e o das ideologias, e a consolidação das formas de poder pela linguagem.

[...] Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (BAKHTIN, 1986, p. 31)

Seguindo o mesmo raciocínio, Baccega e Citelli (1989, p. 29) afirmam que a linguagem não serve para o trânsito de informações, apenas, “mas, e sobretudo, para firmar interesses, estabelecer níveis de dominação”.

Como a ideologia é instrumento de dominação, o uso do signo pode

ser considerado como parte desse processo. Mesmo estando inserido na realidade, o signo passa a refletir e refratar uma outra realidade, exatamente aquela que a ideologia da classe dominante quer fazer acreditar como o “verdadeiro” real. Por isso a constatação de que um mesmo signo pode ter significados diferentes para sujeitos em diferentes situações histórica e social.

[...] Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico [...] O domínio ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico. (BAKHTIN, 1986, p. 32)

Outra referência importante que encontramos em Bakhtin é que o aspecto semiótico e também o papel desempenhado pela comunicação social (o fator condicionante) podem ser encontrados de forma clara na linguagem. “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência”. Por isso, a palavra deve ser colocada em primeiro plano no estudo das ideologias. Concluindo, Bakhtin afirma que “a palavra é o modo mais puro e sensível da comunicação semiótica”.

[...] O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa. (BAKHTIN, 1986, p. 37)

Todos esses elementos são fundamentais para a elaboração de uma análise adequada do material sobre o MST publicado na Folha de São Paulo, o objeto de nossa pesquisa. No entanto, é preciso delimitar um método, sistematizar como a pesquisa deve ser feita sob pena de faltar rigor científico e também de se perder na produção da análise.

Decidimos seguir o roteiro de Albert Kientz na Análise de Conteúdo (1973, p. 155-177). Com esse método é possível obter rigor e objetividade na pesquisa, a partir de um ponto de partida bem claro. Em nosso caso, já delimitamos claramente nossos objetivos ao definir o tema a ser pesquisado, o jornal e o período

de tempo da publicação. Além disso, colocamos claramente, como referência de nosso objeto, a delimitação ao conteúdo das capas do jornal.

Kientz apresenta uma série de regras para se realizar uma boa pesquisa, acrescida e melhorada com valiosas contribuições de outros autores: Bernard Berelson, Charles Osgood, Jacques Kayser e Violette Morin, entre outros. Algumas regras básicas: é preciso ser objetivo, ser sistemático, abordar apenas o conteúdo manifesto e quantificar.

[...] Não devemos esquecer que a Análise de Conteúdo é apenas um instrumento, um meio à disposição da pesquisa, jamais um fim em si. [...] é indispensável que, no começo, se faça uma idéia precisa dos objetivos da pesquisa [...] Não basta saber qual o tipo de material que se deseja analisar, a imprensa, por exemplo; também é preciso definir com precisão o que se visa através dessa análise: estabelecer a estrutura do jornal, revelar suas tendências, sua ideologia [...] Quanto maior for a precisão com que se definam os objetivos da pesquisa, mais a análise de conteúdo poderá ser um instrumento eficaz. (KIENTZ, 1973, p. 161)

Empiricamente, entretanto, já tínhamos a noção de que esse método por si só não bastaria aos objetivos propostos neste trabalho. Em muitas situações a análise de conteúdo pode transmitir uma idéia final sobre o material pesquisado (o jornal, por exemplo) que não seja uma resposta adequada aos objetivos inicialmente definidos.

Podemos citar um exemplo (fictício) de como se dá essa distorção. Numa hipotética reportagem sobre um parlamentar acusado injustamente de um assassinato, nossa análise poderia se deparar com um sério problema. Se o texto do jornal apresentasse a acusação (“deputado acusado de assassinar uma assessora...”) e prontamente mostrasse o chamado outro lado (“...mas nega com veemência”), numa análise formal poderia ser encontrado um resultado apontando que os dois lados foram ouvidos.

Ocorre que sabemos muito bem como a informação vai repercutir na população, de modo geral, e no eleitorado, especificamente. Mesmo com o desmentido, uma parcela dos que receberam a informação pode ter as seguintes atitudes: ignorar o desmentido (não lendo, ou não acreditando), deduzir que o jornal tem compromisso financeiro com o deputado e por isso “o defende”, etc. Da forma como a pesquisa teria sido preparada, o resultado pode ser correto.

É evidente que o exemplo descrito tem exageros e está muito simplificado. Porém, para nossa pesquisa, é importante que esse tipo de falha não ocorra. Para isso devemos ter mais um recurso que complemente a análise de conteúdo, sem ser excludente. Optamos pela Análise do Discurso para ser esse complemento (até porque seria impraticável sua aplicação de forma isolada).

Utilizando a AD podemos seguir o caminho das duas análises serem complementares (nunca contraditórias): uma combinação que permite um resultado mais aprimorado, praticamente sem possibilidades de distorção.

A manipulação da mídia contra o MST pode ser entendida com base na Análise do Discurso. Isso pode resultar em muitos questionamentos, em diferentes caminhos teóricos. Nesta pesquisa devemos aprofundar esse debate. No entanto, em função de nossos objetivos, procuramos utilizar essa discussão para delimitar o recorte que é possível ser feito aqui.

Encontramos em Eni Puccinelli Orlandi uma compreensão que aponta os caminhos que pretendemos percorrer neste trabalho. Além disso, Orlandi incorpora contribuições de consagrados autores como, por exemplo, Michel Pêcheux, e apresenta, ela própria, proposições teóricas importantes (uma delas a respeito do silêncio). Também encontramos aqui facilidades para o entendimento da mídia, nosso interesse direto.

Quando se fala em significação, não há relação direta do homem com o mundo. Há diferenças importantes entre a relação do homem (com pensamento, linguagem e mundo) e a relação linguagem—pensamento, e linguagem—mundo. Esses casos guardam diferentes mediações. Daí a necessidade de se entender melhor a noção de discurso e de seu papel nessas mediações:

[...] é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação. (ORLANDI, 1996, p.12)

Outra noção importante é a distinção que deve ser feita entre a chamada memória histórica e a memória metálica. A produção de um texto recebe uma carga ideológica, porém com diferenças acentuadas quando se utiliza um computador. A informatização trouxe a possibilidade de uso de uma grande

quantidade de informações e, como consequência, um efeito de onipotência do autor. É a chamada memória metálica (formal).

[...] tanto a informatização como a mídia produzem realmente a multiplicação (diversificação) dos meios mas, ao mesmo tempo, homogeneizam os efeitos. [...] Não esqueçamos que a mídia é um lugar de interpretação e que funciona pelo “ibope”, que se rege pelo predomínio da audiência. (ORLANDI, 1996, p. 16)

Esses são conceitos importantes para um entendimento de como se dá a produção na mídia, como a ideologia se encarrega de constituir um discurso “unificado” e como isso tudo se reflete nas informações divulgadas. Existe uma espécie de “lugar comum”, onde a mídia, as classes dominantes e o Estado aparentam uma unicidade de propósitos.

[...] Há, atualmente, um silenciamento do discurso político, que desliza para o discurso empresarial, neoliberal, em que tudo é igual a tudo (o político, o empresarial, o jurídico, etc.) Nesse sentido, se se pode dizer que a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para imobilizá-la. (ORLANDI, 1996, p. 16)

O uso de palavras ou expressões específicas tem um forte significado. Chamar a ação dos sem-terra de invasão quando poderia (deveria) ser usada a palavra ocupação, por exemplo. A opção não acontece por acaso e se explica pela proposição de sentido nela embutida. As palavras se tornam mais fortes ou carregadas. Em estudo sobre a retórica da manipulação, Baccega e Citelli (1989, p. 25) mostram que:

[...] os pares opostos invadir e ocupar fixam situações lingüisticamente significativas daquilo que chamamos relação retórica-manipulação. Efetivamente, os lexemas invadir e ocupar promovem conotações completamente diferentes sobre o sentido da ação dos Sem-Terra. Invadir carrega semas como “tomar aquilo que não nos pertence”; já o lexema ocupar nos indica semas como “estar em lugar devoluto”. Assim poderíamos ter de, retoricamente, partir de um mesmo pressuposto, espécie de lexema de anterioridade, determinado por um elemento espacial, a terra e pelos pontos de vista ideológicos sobre ela.

A questão da retórica adquire importância maior quando é analisada como essencial em processos de manipulação/conscientização. Há uma série de mecanismos que permite convencimento e persuasão, dando veracidade a determinada mensagem apresentada. A forma como é utilizado um discurso, pode resultar, de maneira persuasiva, numa verdadeira inversão de valores sociais e até distorções em questões históricas.

É evidente que a base desses questionamentos é a presença dos fatores ideológicos. Como afirmam Baccega e Citelli (1989, p. 24), “quanto maior o grau de adensamento ideológico, mais articulados os recursos retóricos”. É uma constatação correta ver que o uso da expressão *invadir*, para designar o que os sem-terras chamam de *ocupação*, tem uma forte conotação ideológica. É a presença do Estado, que usa o Direito e as leis, para “mostrar” o ato como sendo ilegal, portanto passível de punição. Quando o jornalista que faz a reportagem reproduz os termos do Estado e não os do movimento, está caracterizado que ele também recebeu, em sua formação, a carga ideológica das classes dominantes.

Deve haver, também, uma análise sobre manchetes e títulos, muitas vezes “exagerados”, mesmo que o texto possa trazer as coisas bem explicadas. No processo de elaboração de um jornal temos a participação de diversos profissionais.

O jornalista responsável pela coleta de informações (o repórter) produz o material com base em suas anotações, entrevistas, arquivos, etc. Depois de pronto, o texto passa por uma edição, no próprio setor. Em muitos casos (principalmente em jornais maiores), é o editor que define o título da matéria tendo como base o material pronto.

No final da edição (fechamento do jornal), um editor-chefe (ou editor de primeira página) toma a decisão sobre o que será incluído na capa — a partir de critérios de importância do próprio jornal. Após a definição do conteúdo da primeira página é elaborada uma escala de importância para escolher o principal assunto do dia, ou seja, o que vai ser a manchete do jornal — cujo texto é feito pelo editor da primeira página.

Nesse processo pode haver um distanciamento do verdadeiro conteúdo expresso na reportagem e o que está expresso em títulos e manchetes. Existem vários argumentos e explicações para isso. Pressa, rapidez, urgência, enfim, todos sabem que o fechamento de um jornal é complicado, com prazos e pressões. Entretanto, sabemos também que é possível manter o respeito às

informações originais do repórter, bastando para isso um pouco de cuidado.

Nesta análise temos condições de estabelecer critérios para definir quando a chamada “pressa” pode estar camuflando um processo de manipulação. Quando se trata da primeira página de um jornal (manchetes e chamadas) existem elementos que precisam ser levados em conta. Em muitos casos, a primeira página de um jornal é tudo o que alguns leitores recebem de informação sobre um determinado assunto.

Podemos começar com as pessoas mais simples, que não têm condições de comprar um jornal (cujo preço, no Brasil, é considerado alto). Para elas, o ato de ler um jornal se resume ao olhar sobre o exemplar exposto na banca de revistas, ou seja, só a primeira página. É comum vermos várias pessoas “lendo” um jornal do lado de fora das bancas antes de irem para o trabalho, bem cedo. Nas grandes cidades, em São Paulo, por exemplo, existem bancas nas estações do Metrô, onde sempre há uma grande concentração de pessoas procurando ver o que está nas capas dos jornais.

Há pessoas que compram o jornal para ler apenas um determinado assunto, ou uma parte do seu conteúdo. É o exemplo de quem está procurando emprego ou imóvel (cadernos de classificados); quem se interessa só por esportes (quase sempre o futebol), às vezes em cadernos específicos; o caderno de cultura, ou até mesmo a coluna social. Neste caso, também, há uma leitura da primeira página antes do assunto de interesse particular.

[...] No caso do MST, a manchete e o título constituem, para muitos leitores, a única informação, pois, conflitos em torno da posse da terra, não dizem respeito, diretamente, a quem não é proprietário de terra; não emocionam como uma desgraça; não mobilizam como uma tragédia e não se enquadram na informação indispensável à vida urbana/cotidiana. Logo, raramente vendem jornal e são lidos pelo que se salienta do texto: títulos, negritos, legendas e fotos. [...] O recorte das notícias — rotina e exceção — justifica-se porque a invasão é o primeiro item no critério sobre a noticiabilidade do MST. Assim, é na notícia rotineira, freqüente e redundante que se produz a “visão de fundo” do movimento. [KUSCHICK, 1996, Terceiro Capítulo (3.2)]

No processo de definição do objeto de nossa pesquisa (Folha de São Paulo), chegamos à conclusão de que seria necessário promover alguns

recortes. No entanto, podemos afirmar que uma decisão acertada foi a de concentrar a pesquisa na primeira página do jornal. Isso não quer dizer que as outras possibilidades de recortes signifiquem caminhos equivocados. Cada um dos caminhos possíveis — por exemplo, análise do conteúdo da linha editorial exclusivamente, ou mesmo do conteúdo das páginas internas —, seria um terreno válido para o nosso trabalho.

[...] Para a maioria das pesquisas que tratam dos conteúdos dos **media**, a quantidade de mensagens levantadas pela análise é tal que, com frequência, desafia toda e qualquer iniciativa analítica. O analista é forçado a fazer uma escolha. Não podendo analisar tudo, retirará uma amostra. O valor da análise pode depender da “representatividade” da amostra. (KIENTZ, 1973, p. 162)

Todavia, neste momento, optamos por este recorte como forma de buscar um resultado mais rigoroso, tendo muito claro que os outros caminhos devem ser percorridos em novas pesquisas a partir do que delineamos aqui. Com base nos elementos aqui apresentados, definimos a criação de uma tabela específica que delimitasse o formato de nossa análise.

3.4 REVELAÇÃO DE TENDÊNCIAS

Em diversos momentos de nossa atuação profissional como jornalista, nos deparamos com textos onde havia, pelo menos, indícios de algum tipo de manipulação. Durante nossa atuação sindical, principalmente como dirigente da Federação Nacional dos Jornalistas — FENAJ — passamos a ter contato com diversos debates sobre a manipulação de notícias.

Entretanto, foi na condição de professor do Curso de Jornalismo da UEL — na disciplina de Legislação e Ética — que passamos a sentir maior necessidade de sistematizar as discussões sobre manipulação. Este trabalho tornou-se a oportunidade concreta de aplicação de nossos objetivos.

No meio profissional dos jornalistas existem momentos em que o profissional se depara com diferentes textos que podem ter sido manipulados. Não

podemos nos esquecer do episódio que levou à cassação de Antonio Belinati (prefeito de Londrina acusado de corrupção), onde houve diversos casos de manipulação do noticiário em veículos da imprensa londrinense. Em qualquer situação, o jornalista tende a analisar (e constatar) a manipulação de maneira empírica, com base em suas experiências profissionais, nas regras básicas do jornalismo e no Código de Ética da categoria.

Neste trabalho, até por rigor científico, necessitamos de um mecanismo adequado para superar o empirismo. Como resultado de todas essas considerações, decidimos construir uma tabela, a partir das regras da análise estabelecidas por Kientz (1973, p. 155-157):

[...] A análise de conteúdo é um instrumento de pesquisa científica de múltiplas aplicações. [...] é preciso que ela se submeta, para que tenha valor de análise científica, a algumas regras precisas que a garantam contra as análises parciais e tendenciosas. Bernard Berelson, um dos pioneiros da análise de conteúdo, estabelece quatro exigências fundamentais:

1. Ser objetivo
2. Ser sistemático
3. Abordar apenas o conteúdo manifesto
4. Quantificar.

A objetividade é importante para se garantir que os critérios de decomposição da mensagem (e a separação em categorias que servem para classificá-las), “devem ser definidas com uma clareza e uma precisão tais que outros, a partir dos critérios indicados, possam fazer a mesma decomposição, operar a mesma classificação [...]” (KIENTZ, 1973, p. 156)

A segunda exigência (ser sistemático) define que a pesquisa deve se ater ao conteúdo estudado, fazendo sua análise de acordo com as categorias pré-definidas. Isso impede a retenção de elementos apenas de acordo com a hipótese do pesquisador e sua aplicação garante um resultado mais fidedigno.

Para que idéias a priori (ou mesmo “preconceitos”) não possam prejudicar a pesquisa, deve ser analisado apenas o conteúdo manifesto, aquilo que está efetivamente expresso, e não qualquer coisa presumida.

[...] Isto não significa que a análise de conteúdo deva se abster de toda e qualquer extrapolação sobre o conteúdo latente das comunicações. Um dos principais interesses desse instrumento de pesquisa é, precisamente, revelar os aspectos insuspeitados, ocultos. (KIENTZ, 1973, p. 157)

A exigência de se quantificar é, ao mesmo tempo, a característica mais visível da análise de conteúdo e a mais criticada (principalmente quando se trata do cálculo de freqüências). Isso poderia significar um desperdício de tempo, com resultados às vezes sem importância e até fora de contexto. Para Kientz (1973, p. 157), no entanto, essa exigência permite “dar peso e rigor à análise, substituindo o que é apenas impressão inverificável por medidas precisas”.

[...] Depois de Berelson, a análise de conteúdo beneficiou-se de numerosas contribuições no plano metodológico. Charles Osgood [...] foi também um dos primeiros a utilizar escalas ordinais para medir as atitudes (favoráveis-desfavoráveis) de uma mensagem em face dos objetos de atitude (eventos, personalidades, etc.). (KIENTZ, 1973, p. 159)

Num primeiro momento fomos levados a acreditar que a divisão da análise em diversos itens seria suficiente para alcançar os nossos objetivos.

Listamos os seguintes aspectos para a análise: Reforma Agrária, Presença do Estado e o Movimento. Imediatamente foi possível constatar que havia necessidade de se desmembrar o item a respeito do movimento, pois estava muito genérico. Definimos, então, a divisão em: Organização do Movimento e Estratégias e Táticas do Movimento.

Esse formato de divisão, que passamos a chamar de Blocos, não produziu um resultado satisfatório. Introduzimos, a partir daí, uma nova linha de análise com outros elementos que pudessem ser cruzados com os primeiros. Assim, definimos a criação de Vetores que pudessem ser cruzados com os blocos: Dizeres do Movimento, Dizeres do Jornal e Dizeres dos Grandes Proprietários (de terras). A expressão dizeres aqui tem o significado de ser a voz de cada personagem, ou grupo, seja por meio de informação direta (na sua própria voz) ou não. Também os dizeres do jornal precisaram ser desmembrados para tornar mais claro o posicionamento do veículo: pró e contra o movimento.

O resultado disso é uma tabela onde encontramos vários blocos (colunas) que são cruzados, para efeito da análise, com os vetores que formam as linhas. Resumindo, cada um dos blocos é analisado por todos os vetores, produzindo um cruzamento mais amplo de informações. Nossa tabela ficou assim definida:

Em primeiro lugar, são quatro blocos (colunas) assim divididos:

a. **B.1 — Reforma agrária:**

Todas as informações sobre reforma agrária, aspectos históricos, dados, informações, etc.;

b. **B.2 — Organização do movimento:**

Todas as informações a respeito do movimento, números, estatísticas, dados históricos, etc.;

c. **B.3 — Estratégias e táticas do movimento:**

Todas as informações a respeito das estratégias e táticas do movimento, relatos, estatísticas, dados, etc.;

d. **B.4 — Presença do Estado:**

Todas as informações sobre a presença do Estado, reforma agrária executada, legislação, ação policial e repressão, questões jurídicas, etc.

Por outro lado, temos quatro vetores (formando as linhas) com a palavra, ou a opinião de cada setor:

a. **V.1 — Dizeres do movimento:**

Quais são e de que forma aparecem os dizeres do movimento, sua opinião sobre assuntos e fatos, sua defesa diante de acusações, suas propostas, etc.;

b. **V.2 — Dizeres do jornal (PRÓ):**

Quais são e de que forma aparecem os dizeres do

próprio jornal, as reportagens e as notícias de caráter informativo, ou sua opinião sobre os assuntos e fatos, suas propostas, quando se aproximam dos dizeres do movimento — mesmo sem coincidir diretamente —, que aqui chamaremos de PRÓ movimento, etc.;

c. **V.3 — Dizeres do jornal (CONTRA):**

Quais são e de que forma aparecem os dizeres do próprio jornal, as reportagens e as notícias de caráter informativo, ou sua opinião sobre os assuntos e fatos, suas propostas, quando se **distanciam dos dizeres do movimento** — mesmo sem se opor diretamente—, que aqui chamaremos de CONTRA o movimento, etc.;

d. **V.4 — Dizeres dos grandes proprietários:**

Quais são e de que forma aparecem os dizeres dos grandes proprietários de terras, seus representantes, suas entidades e organizações, sua opinião sobre assuntos e fatos, sua defesa diante de acusações, suas propostas, etc.

Assim, chegamos a um cruzamento de blocos e vetores de forma que a tabela produza a combinação adequada para ser possível cobrir o máximo de informações:

Tabela 2

São Paulo, janeiro a dezembro de 2000

TABELA 2

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento				
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				
V.3	Dizeres do jornal CONTRA				
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

Consideramos importante esclarecer que todo esse detalhamento buscou produzir uma tabela com características que podem gerar crescimento, que possa ser aplicada em outros momentos e em outros veículos de comunicação, e ser utilizada em outras pesquisas. Mais importante ainda é que pretendemos que a tabela possa vir a ser aplicada em relação a outros movimentos sociais, sem ficar restrita ao MST, bastando para isso adaptar os itens propostos nos blocos e nos vetores.

Ao final deste trabalho, entendemos que é possível (e necessário) promover correções e ajustes permanentes visando um modelo com características mais amplas e (quase) definitivas — podendo ser aplicada em qualquer outra situação. Esperamos que esta seja uma contribuição para que as investigações futuras sobre manipulação na imprensa possam contar com mais um instrumento.

CAPÍTULO 4

REALIDADE ARTIFICIAL

Assim, o público — a sociedade — é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e freqüentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece. [...] A realidade real foi substituída por outra realidade, artificial e irreal, anti-real, e é nesta que o cidadão tem que se mover e agir. De preferência, não agir! (ABRAMO, 2003, p. 24)

4 REALIDADE ARTIFICIAL

4.1 CONJUNTURA

Nossa pesquisa foi realizada dentro dos critérios já definidos (no capítulo 3) e com base na tabela que construímos. A tabela foi aplicada a cada um dos 107 textos e depois sistematizada num único quadro. Antes disso, na seleção do material, fizemos um levantamento do número de textos encontrados a cada mês. O resultado mostra uma variação importante. (ver Tabela 1)

Em alguns meses foram encontrados poucos textos com referências ao MST e à Reforma Agrária na primeira página da Folha — dentro dos objetivos desta pesquisa. Janeiro e junho (com apenas um texto) e fevereiro, agosto e dezembro (com dois textos cada) foram os meses que apresentaram uma frequência menor. Temos, em seguida, os meses de outubro e novembro onde há, respectivamente, quatro e sete textos.

Um detalhe importante: no mês de março, nem o MST, nem a Reforma Agrária, figuram na primeira página do jornal. Portanto o mês de março não aparece em nossa pesquisa. Isso não quer dizer que não tenha acontecido nada, ou que o MST não tivesse sido notícia naquele mês. Significa, apenas, que não há referência ao Movimento (e também à Reforma Agrária) na primeira página da Folha em março.

A tabela mostra, também, uma diferença muito grande no número de referências variando a cada mês. A maior concentração aparece nos meses de abril, maio, julho e setembro. Nos quatro meses juntos aparecem 88 textos, ou seja, 82,24%. Mais de oitenta e dois por cento do total de textos desta análise estão concentrados em apenas quatro meses do ano.

O mês de maio é o que apresenta o maior número de referências da pesquisa na capa do jornal. São 33 textos, ao todo, o que significa mais de um texto por dia, em média, ou 30,84% do total do ano. Detalhe: maio também é o mês onde aparecem as questionáveis denúncias da Folha contra o MST, motivo de tantos protestos.

Em segundo lugar no número de referências aparece o mês de setembro, com 27 textos. Quase um texto por dia, em média (25,23% no total). Na terceira posição está o mês de abril, que apresenta 17 referências no total (15,89%). Na média, pouco mais de um texto a cada dois dias. Julho aparece em quarto: onze textos (ou 10,29%) no total.

Tabela 1

São Paulo, janeiro a dezembro de 2000

TABELA 1 — Textos: total por mês

		1	2
	TOTAIS MESES	TEXTOS	TOTAL DO MÊS
1	JANEIRO	nº 1	1
2	FEVEREIRO	nº 2 e 3	2
3	MARÇO	nenhum	nenhum
4	ABRIL	nº 4 a 20	17
5	MAIO	nº 21 a 53	33
6	JUNHO	nº 54	1
7	JULHO	nº 55 a 65	11
8	AGOSTO	nº 66 e 67	2
9	SETEMBRO	nº 68 a 94	27
10	OUTUBRO	nº 95 a 98	4
11	NOVEMBRO	nº 99 a 105	7
12	DEZEMBRO	nº 106 e 107	2
		Total do ano	107

Para se obter uma análise desses dados é preciso que se leve em conta os fatos políticos de relevância naquele período. A primeira conclusão que é apontada por esses dados é a ligação com o processo eleitoral²⁷. Os meses que apresentam mais referências sobre o MST na primeira página do jornal são os considerados cruciais para o ano eleitoral. Abril e maio é a época de definição de candidaturas.

Por outro lado, devemos levar em conta que julho é o mês imediatamente após as convenções partidárias. Na realidade, é no mês de junho que são realizadas as convenções²⁸ que oficializam as candidaturas, mas é em julho que elas são apresentadas e a campanha ganha impulso. Somente após as convenções é que os indicados podem se apresentar como candidatos — já oficializados.

O componente ideológico está presente na tentativa do jornal de interferir no processo eleitoral. Na época, havia em alguns estados brasileiros, uma forte ligação do MST com alguns setores do Partido dos Trabalhadores — PT —, incluindo algumas candidaturas. Além disso, a mídia sempre apresentou o MST como tendo ligações com a chamada esquerda brasileira. Ao dar ênfase às ações do MST nos meses com importância eleitoral, a Folha pretende reforçar o imaginário popular repleto de medos e preconceitos.

Nessa mesma linha de raciocínio, o mês de setembro é a reta final, o momento de decisão de grande parte dos eleitores. Com a aproximação do final do mês (e o dia da eleição, 1º de outubro de 2000), a tendência é haver uma diminuição no número de eleitores indecisos. No caso de prefeitos, havia municípios com a possibilidade de ter segundo turno²⁹. Isso não faz diferença para o calendário, já que todas as definições importantes acontecem em primeiro turno.

A eleição termina nessa data nos municípios menores. Em algumas das localidades com maior número de eleitores, um candidato a prefeito pode garantir sua vitória já no primeiro turno, enquanto que nas outras cidades acontece — nesse mesmo dia — a definição dos dois candidatos que disputam o segundo turno.

²⁷ No ano de 2000 aconteceram eleições municipais no Brasil, ou seja, eleição para prefeitos e vereadores.

²⁸ O último dia para realização de convenções municipais para escolha dos candidatos a prefeito e vereador e definição de coligações foi 30 de junho de 2000.

²⁹ Nos municípios com mais de 200 mil eleitores pode haver um segundo turno, caso nenhum dos candidatos obtenha mais de 50% dos votos. Em 2000 o segundo turno foi em 29 de outubro.

No mês de outubro, por consequência, a questão eleitoral passa a ser restrita a alguns municípios onde há disputa no segundo turno — 31 cidades, em todo o país. No ano de 2000, ao todo, essas cidades somavam 26,04 milhões de eleitores. Esse número representava 23,71% dos aproximadamente 109 milhões de eleitores brasileiros aptos a votar na ocasião.

Em todo o Brasil, onde houve segundo turno em 2000, mais da metade do eleitorado estava concentrada em quatro capitais (de 11 no total): São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Fortaleza. Somadas, elas tinham 14,16 milhões de eleitores.

São Paulo era uma das capitais com segundo turno naquele ano. A disputa ficou entre Marta Suplicy, a candidata do Partido dos Trabalhadores, e o engenheiro Paulo Maluf, do Partido Progressista Brasileiro. No segundo turno, Marta venceu a eleição com significativo apoio de muitos candidatos e partidos derrotados no primeiro turno, inclusive o PSDB do então Governador Mário Covas e também do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Essa aliança em torno de Marta Suplicy pode ser atribuída ao fato de Paulo Maluf ter uma grande rejeição, principalmente na capital de São Paulo. Uma rejeição tão grande, principalmente entre políticos, (detentores ou não de mandatos) que aglutinou boa parte dos representantes das elites a favor da candidatura do PT. É óbvio que isso ficou restrito àquela eleição.

Evidentemente isso se reflete no comportamento da grande imprensa. Um dos sintomas é que, em outubro de 2000, há uma diminuição no número de referências ao MST na primeira página da **Folha de São Paulo**. São apenas quatro durante todo o mês.

Esse tipo de raciocínio é importante na análise de como acontece a iniciativa do jornal ao colocar o assunto em pauta. Ou seja, passa a ser uma espécie de termômetro do processo eleitoral. Mas essa não é a única fórmula que analisamos nesta pesquisa. A pesquisa, por outro lado, verifica quando as ações do MST o colocam como assunto que o jornal considere importante. Neste caso devemos caracterizar a importância do mês de abril.

Foi no ano de 2000 que aconteceram celebrações para lembrar os 500 anos da chegada dos portugueses ao nosso país. Muita gente, incluindo governantes, ainda hoje afirma que se trata de um “descobrimento”. Aliás, foi com essa nomenclatura — “500 anos do Descobrimento” — que houve as chamadas

comemorações oficiais do Governo Federal (da época) que culminaram em cerimônias na Bahia, exatamente em abril.

Os Movimentos Sociais reagiram à comemoração oficial (e a seu formato) realizando protestos durante todo o período que antecedeu o dia 22. O MST organizou e liderou várias manifestações, inclusive com atividades específicas sobre a Reforma Agrária. O conflito entre manifestantes e autoridades foi inevitável, agravado por medidas repressivas por parte do então Governo da Bahia.

Uma das marcas mais significativas das manifestações e dos protestos organizados pelos movimentos populares (ocorridos no mês de abril) foi a solidariedade. As manifestações em defesa da Reforma Agrária, pelos direitos das comunidades indígenas, por liberdade; enfim, todas as lutas comunitárias tinham entre si o gesto da solidariedade. Os sem-terra defendiam os direitos das comunidades indígenas e assim por diante. Todos os setores defendiam e apoiavam as lutas dos demais.

Além da solidariedade mais básica, a da simpatia, por exemplo, ali estava presente a identificação de objetivos. Todos tinham consciência a respeito de suas próprias necessidades — e, portanto, de suas lutas — e dos objetivos dos outros. Quem não atende aos pedidos de demarcação de terras indígenas e quem não faz a Reforma Agrária é o mesmo governo, o mesmo Estado.

E quem controla o Estado? Quem controlava o governo daquela época? A resposta é simples: as mesmas elites dominantes do Brasil. Essa consciência — essa identidade — estava presente na forma da solidariedade entre os manifestantes, identificando o opressor: o mesmo capitalismo.

Sem dúvida, essa é a essência dos protestos de abril. Longe de ser motivo para festas, o marco dos 500 anos da chegada — e não “descobrimento” — dos portugueses ao Brasil pode ser definido por uma só palavra: opressão.

Desde o princípio, temos os assassinatos e a escravidão de indígenas, além da expropriação de suas terras. Em seguida, passamos pelo regime de escravidão e o enriquecimento de uns poucos apaniguados do poder colonial. Até chegarmos ao período republicano, com os grandes latifúndios, mais concentração na propriedade da terra e todas as questões que culminam com a expulsão da maior parte da população da zona rural para as cidades.

São 500 anos de opressão, portanto, sem nenhum motivo para comemorações por parte da ampla maioria do povo brasileiro. Na realidade, os

protestos atingem os atuais responsáveis por toda essa situação: a classe dominante e seu regime capitalista — e seu Estado. Mesmo que as manifestações não apontassem diretamente para esse foco, é necessário compreender que a essência da opressão em nosso país está justamente no caráter de dominação de classe. Mesmo que isso não seja explicitado pelo movimento de protesto, a classe dominante interpreta e compreende a mensagem dessa maneira. E suas reações são proporcionais a esse entendimento.

A imprensa mostrou e amplificou as tentativas de intimidação organizadas pelas autoridades estaduais e federais. Na verdade, o governo não admitia que os movimentos sociais pudessem “estragar” a festa — em todos os sentidos. A mídia fez sua parte, fortalecendo o discurso governamental, e reproduzindo as tentativas de intimidação.

Completando essa mesma linha de raciocínio, o mês de maio — com o maior número de referências — representa a reação oficial (por meio da imprensa) aos fatos de abril. É a resposta do governo (e das elites) aos movimentos organizados no mês anterior. Reforça esta tese o fato de ter sido nesse mês que a **Folha de São Paulo** publicou as “denúncias” contra o MST, evento gerador de protestos e um dos motivadores deste trabalho.

As reportagens da Folha a respeito das “denúncias” de que o MST estaria “cobrando pedágio de assentados para a liberação de verbas de financiamento” foram criticadas por várias pessoas e entidades — inclusive a Federação Nacional dos Jornalistas — tanto pelo conteúdo como pela maneira que o jornal tratou o assunto. Uma das críticas que a Folha recebeu foi a de ter usado veículo oficial do INCRA-PR para chegar aos assentamentos onde fez a reportagem. (ver anexo 1)

Como consequência direta do conflito gerado pela publicação da reportagem, houve uma ação judicial denunciando a **Folha de São Paulo** e o INCRA pelo uso do carro oficial, entre outras coisas. Isso ocorreu em novembro — e o jornal noticiou o fato³⁰, ou seja, informou que recebera a denúncia. Logo após, é publicada outra reportagem³¹ contrária ao MST. Essa matéria, com informações verídicas,

³⁰ No dia 10 de novembro de 2000, a **Folha de São Paulo** publicou reportagem sobre as denúncias contra o INCRA por um suposto desvio de verbas pela utilização de veículo oficial na reportagem (denúncia) de maio. O texto publicado na primeira página da **Folha** consta do ANEXO 9.

³¹ No dia 11 de novembro de 2000, a **Folha** publicou uma reportagem sobre os processos na justiça a respeito do “pedágio” cobrado pelo MST (no jargão jornalístico, uma matéria “requeitada”), e um editorial: “A farsa do MST”. Os dois textos publicados na **Folha** — na íntegra — estão nos ANEXOS 10 e 11.

fazia um levantamento sobre o número de ações judiciais e processos decorrentes de atividades do Movimento (por fatos considerados transgressões à Lei).

Tudo isso aconteceu em novembro. Um mês com várias referências (sete) nessa pesquisa. Ocorre que novembro é o único mês do ano com um número significativo de textos em nossa tabela e que não tem ligação direta com o processo eleitoral. Nas eleições, as últimas definições (segundo turno para prefeito) aconteceram em 29 de outubro.

É preciso ter um cuidado especial ao se fazer a análise daquela reportagem com o levantamento das ações na Justiça. Sem dúvida, é uma reportagem que não pode ser chamada de mentirosa, ou mesmo de ter informações não comprovadas. Todavia, trata-se de um assunto que poderia ter aparecido no jornal em outro momento. Em qualquer outra data. A publicação da matéria naquela oportunidade demonstra que o jornal estava promovendo uma espécie de vingança ou retaliação pelo fato de a Folha ter sido processada.

Outra conclusão que pode ser apontada é que o jornal estava lançando um aviso, ou mesmo fazendo uma ameaça. Uma tentativa de intimidar os que estivessem dispostos a partir para algum tipo de confronto, mesmo através da via judicial. O conteúdo e os termos daquela reportagem mostram a possibilidade de outras matérias serem feitas no mesmo estilo agressivo.

Esses são os elementos conjunturais presentes no período relativo à pesquisa. Eles permitem uma primeira análise de conjunto sobre o resultado apresentado na Tabela 1. Trata-se de uma visão abrangente. É um resultado que já aponta para a presença da questão ideológica no tratamento que o MST recebe do jornal. Para aprofundar a pesquisa é preciso se dedicar à Análise de Conteúdo a partir da aplicação da Tabela 2 a cada um dos textos selecionados.

Tabela 2

São Paulo, janeiro a dezembro de 2000

TABELA 2

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento				
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				
V.3	Dizeres do jornal CONTRA				
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Com a aplicação da **Tabela 2** a cada um dos 107 textos, foi feita a sistematização dos dados produzindo como resultado o quadro expresso na **Tabela 3 — Totalização**. O quadro constante da **Tabela 4 — Totalização: porcentagem** é o resultado da comparação dos dados da Tabela 3 em relação ao universo de 107 textos (100%).

Na Tabela 3 — Totalização temos o quadro com a visão geral do resultado obtido após somar os dados referentes de cada texto. Reforçamos a definição inicial de que a análise iria abranger apenas a primeira página do jornal. A partir daí temos, numa primeira leitura, a constatação que não há algumas referências: os Dizeres dos grandes proprietários sobre a Reforma Agrária (**V.4/B.1**) e sobre a Organização do Movimento (**V.4/B.2**). Isoladamente, os dados não são relevantes. Pode não ter havido uma declaração nesse sentido, ou o jornal pode não

ter considerado importante para estar na capa.

Todavia, ao comparar os outros dados dos Dizeres dos grandes proprietários, tanto sobre as Estratégias e táticas do Movimento (V.4/B.3) — com quatro inserções, ou seja, 3,74% — como sobre a Presença do Estado (V.4/B.4) — apenas duas inserções, ou 1,87% —, chegamos à conclusão de que há uma presença pouco importante da voz dos grandes proprietários rurais.

Qual o significado deste dado? Para construir a tabela desta análise, partimos da definição de que as informações não devem ser lidas isoladas e aleatoriamente. É preciso verificar a combinação com os dados do Vetor onde estão os Dizeres do jornal contra o movimento. Na intersecção com o Bloco Reforma Agrária (V.3/B.1), temos sete referências (6,54%); com Organização do Movimento (V.3/B.2), são doze (11,22%); com Estratégias e táticas do Movimento (V.3/B.3), aparecem 66 (61,68%); e com Presença do Estado (V.3/B.4), encontramos 76, ou seja, 71,03% — com um detalhe: este é o maior de todos os índices da tabela.

Este é o elemento central que resulta da análise quando se verifica a combinação dos diferentes dados obtidos. O alto índice de referências quando aparecem os Dizeres do jornal contra o movimento, combinado com os dados (baixos índices) dos Dizeres dos grandes proprietários aponta para uma conclusão: o jornal **Folha de São Paulo**, neste caso, assume — e até substitui — a posição e o discurso (que deveria ser) dos grandes proprietários rurais e de suas lideranças e entidades representativas!

O significado real disso é a presença da ideologia. A voz dos grandes proprietários de terras é a mesma voz do próprio jornal. É a posição ideológica das classes dominantes. A Folha cumpre seu papel de ser instrumento de dominação — tanto por seu comprometimento ideológico, como por ser propriedade de representantes das classes dominantes.

Quando o jornal assume — em sua própria fala — a defesa de um dos lados do conflito, na verdade está apenas cumprindo seu papel ideológico. A utilização desse recurso tem como objetivo dar mais credibilidade — ou veracidade — à voz de quem tem a propriedade da terra (parte da elite que tem o controle do estado). Se a Folha publica todas as críticas dos grandes proprietários, fica explícita a posição de um dos lados do conflito. No entanto, ao assumir a responsabilidade pelas críticas, o jornal quer transmitir a idéia de que é a defesa do interesse coletivo que está sendo evidenciada. Este também é um dos reflexos da ideologia: dar uma

aparência de legítimo, de justo, ao que é legal. Isso reforça o papel do Estado, acentuando a dominação de classe.

Tabela 3

São Paulo, janeiro a dezembro de 2000

Tabela 3 — Totalização

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento	6	6	32	36
V.2	Dizeres do jornal PRÓ	10	7	51	46
V.3	Dizeres do jornal CONTRA	7	12	66	76
V.4	Dizeres dos grandes proprietários	0	0	4	2

Tabela 4

São Paulo, janeiro a dezembro de 2000

Tabela 4 — Totalização: porcentagem

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento	5,61%	5,61%	29,91%	33,65%
V.2	Dizeres do jornal PRÓ	9,35%	6,54%	47,66%	42,99%
V.3	Dizeres do jornal CONTRA	6,54%	11,22%	61,68%	71,03%
V.4	Dizeres dos grandes proprietários	0%	0%	3,74%	1,87%

* As porcentagens são referentes a cada quadro em relação ao total dos 107 textos analisados (100%).

Também é fundamental o fato de os Blocos Estratégias e táticas do Movimento (B.3) e Presença do Estado (B.4) apresentarem os maiores índices de referências. Isso significa que as questões estratégicas (neste caso, as ações diretas do MST, como as ocupações) e as ações diretas do Estado (repressão, ações judiciais, etc.) têm mais importância jornalística na visão do jornal. São os temas que a **Folha** define como mais interessantes.

Aqui também a carga ideológica é mais uma vez explicitada. Ao selecionar apenas esses assuntos como sua pauta, a Folha joga com o interesse ideológico e amplifica os conflitos de classe. Priorizando essas pautas, o jornal reforça o papel do Estado, das Leis, do Direito, etc. Essa concentração é uma das formas de satanização do MST.

Essa conclusão é referendada com a análise dos outros dados dos Blocos Estratégias e táticas do Movimento (B.3) e Presença do Estado (B.4). Também nas combinações com os outros Vetores podem ser constatados índices muito altos. Isso aparece na intersecção dos Dizeres do jornal pró (favoráveis ao movimento) com os Blocos Estratégias e táticas do Movimento (V.2/B.3) — com 51 referências (47,66%) — e Presença do Estado (V.2/B.4) — 46 vezes (42,99%).

É o mesmo caso dos Dizeres do movimento ao serem confrontados com os Blocos Estratégias e táticas do Movimento (V.1/B.3) — onde há 32 referências (29,91%) — e Presença do Estado (V.1/B.4) — com 36 (33,65%). Tudo isso reforça a ênfase da **Folha** nos Blocos **B.3** e **B.4**. Não é o mesmo caso com as outras combinações, onde os índices são bem mais baixos (ver Tabela 3 e Tabela 4).

Por outro lado, também é preciso um cuidado especial com a análise dos índices que aparecem quando o jornal apresenta os Dizeres do movimento (V.1) e os Dizeres do jornal pró (favoráveis ao movimento). Mesmo com índices que são altos não se pode generalizar para conclusões óbvias como o jornal “ter mostrado os dois lados da questão”. Esses dados devem ser entendidos como um reforço à opção do jornal pelo lado mais sensacionalista.

Como afirmamos anteriormente, há uma escolha marcante da Folha pelos assuntos onde estão as ações do MST e as respostas do Estado. Portanto a forma como o movimento se organiza e a própria questão da Reforma Agrária aparentam valor menor (ou menos importante) que as ocupações e a repressão judicial ou policial. O fato de as ações do movimento aparecerem mais vezes reforça a possibilidade de o jornal criticar o MST e também de mostrar e cobrar mais as

respostas do Estado. Isso corrobora a afirmação de Baccega e Citelli (1989, p. 24): “quanto maior o grau de adensamento ideológico, mais articulados os recursos retóricos”.

Acrescentando a isso a análise feita anteriormente sobre a **Folha de São Paulo** ter chamado para si as críticas ao MST — substituindo a palavra do setor rural da classe dominante —, temos como conclusão que o papel do jornal é a defesa dos interesses ideológicos das elites brasileiras.

O conteúdo desses dados aponta claramente para estas conclusões. No entanto, consideramos importante reforçar a pesquisa utilizando, de forma combinada, a Análise do Discurso para buscar no próprio texto das matérias mais elementos para interpretação.

4.3 ANÁLISE DO DISCURSO

O texto a seguir — **Zeca do PT elogia FHC, prega ajuste e critica MST** — é uma reportagem interessante e merece ser analisada em detalhes. A começar pelo título, onde o jornal colocou vários elementos justapostos. Em primeiro lugar quem é Zeca do PT, que faz elogios ao presidente da época (FHC), faz a defesa de ajustes (quais?) e ainda critica o MST? Trata-se do governador do Estado do Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, eleito em 1998 (depois reeleito em 2002) que é do Partido dos Trabalhadores — PT. O apelido Zeca do PT foi incorporado ao seu nome e é a forma como ele é mais conhecido. Isso facilita as coisas para o jornal, pois basta dizer que é o Zeca do PT, sem necessidade de reforçar o partido a que pertence.

Outro governador de estado que elogiasse o presidente FHC não seria motivo para destaque. Ocorre que o título é composto por várias informações, além do elogio. O fato de “pregar ajuste” é mais uma das fórmulas prontas e simplistas que a imprensa brasileira tem adotado (principalmente nos últimos anos). Como se fosse uma coisa óbvia, de conhecimento público, algumas expressões muito utilizadas por membros de governos (estaduais e federal), políticos, etc., são

incorporadas pelo noticiário jornalístico³² de forma corriqueira. Aquele “ajuste” do título aparece, de novo, no corpo do texto como sendo o “ajuste fiscal”.

Ainda no título, temos o “critica o MST”, sem explicações. O argumento pode até ser que um título deve ser resumido, não há espaço para explicações. No entanto, a ligação direta (proposital) entre “Zeca do PT” e “critica o MST” tem implicações mais sérias. Um governador de Estado, do PT, portanto uma figura importante (e representativa) de seu partido está fazendo críticas ao MST. Ou seja, é mais uma tentativa (da imprensa) de isolar o movimento.

O fato torna-se mais sério ainda quando verificamos que, logo abaixo, no texto aparece a seguinte frase: “[...] **e fez críticas indiretas ao MST**, [grifo nosso] pelos métodos empregados para reivindicar a desapropriação de fazendas”. Aqui há uma manipulação clara por parte do jornal: as tais “críticas indiretas” não aparecem claramente na fala do governador, mas apenas na interpretação da **Folha**. Esta é a característica da manipulação, a interpretação do jornal passa a ser usada — até no título — como sendo a notícia, no lugar da notícia, do real.

³² Comparando com o noticiário atual, uma das expressões mais usadas é: “as reformas necessárias”. Até os jornalistas repetem a frase como se fosse a vontade popular, ou mesmo a vontade de todos os brasileiros! Uma das tais reformas é a trabalhista. Muito polêmica, a possibilidade de mudanças na legislação trabalhista brasileira é defendida por muitos parlamentares e pelo empresariado, mas é criticada por outros setores como sendo parte do projeto neoliberal para o país. O seu uso é corriqueiro na imprensa, sem maiores explicações, como se fosse realmente o “necessário” e o “melhor” para o Brasil.

Autor:
 Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: A1
 Edição: Nacional Dec 9, 2000

Zeca do PT elogia FHC, prega ajuste e critica MST

O governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso, defendeu o ajuste fiscal e fez crítica indireta ao MST, pelos métodos empregados para reivindicar a desapropriação de fazendas.

"Não tenho adjetivos para reconhecer tudo o que o senhor nos permitiu fazer", disse o governador petista a FHC.

Para Zeca do PT, um assentamento no Estado será "modelo para acabar com o discurso dos que pregam, através do terror no campo, transformar a anti-reforma agrária na bandeira da reação".

Pág. A4

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento				
V.2	Dizeres do jornal PRÓ	X			X
V.3	Dizeres do jornal CONTRA			X	
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

Aqui é preciso ressaltar que estamos fazendo a análise do que consta nessa matéria de primeira página do jornal. Assim, com base no texto, não é possível afirmar que Zeca do PT realmente fez as tais críticas. Isso configura uma manipulação maior ainda. É o que se pode deduzir a partir da frase final do texto: "[...] pregam, através do terror no campo, transformar a anti-reforma agrária na bandeira da reação". Pelo fato de ser do PT (muitas vezes simpático ao MST) que, mesmo quando critica o movimento, não usa expressões tão fortes, é perfeitamente possível dizer que a crítica poderia não ser dirigida ao MST.

Como se sabe, no Mato Grosso do Sul há muitos conflitos — inclusive armados — com grandes proprietários de terras. Até mortes de sem-terras

já foram registradas naquele estado. Disso se depreende que — é possível — a crítica fosse dirigida “para o outro lado”, ou seja, aos grandes proprietários. Para reforçar essa conclusão temos as expressões, da frase do governador, “terror no campo”, “anti-reforma agrária” e “bandeira da reação” muito próximas (em sentido) de algumas usadas pelo próprio MST em (muitas) outras ocasiões.

Dessa forma, o jornal não poderia atribuir a crítica ao MST, ou, no mínimo, mostrar a segunda possibilidade. De qualquer maneira está caracterizada a manipulação da informação no texto. Trata-se de outro caminho (a Análise do Discurso) que aponta para a definição anterior que mostrou — mais uma vez — o comprometimento da Folha de São Paulo com a classe dominante no Brasil e a utilização do jornal para satanizar o MST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro plano, as classes politicamente dominadas tenderão, cada vez mais, a desmistificar o jornalismo e a imprensa. Não mais terão motivos para acreditar ou confiar na imprensa e seguir suas orientações. Passarão a intensificar sua postura crítica, sua análise de conteúdo e forma, diante dos órgãos de comunicação. Por meio de seus setores mais organizados, as classes dominadas contestarão as informações jornalísticas, farão a comparação militante entre o real acontecido e o irreal comunicado, farão a denúncia sistemática da manipulação e da distorção.

(ABRAMO, 2003, p. 49)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa pratica a manipulação da informação com o evidente objetivo de prejudicar a imagem do MST. Muitas vezes a utilização de uma única frase — ou seja, só uma opinião — não permite o contraditório, não mostra o outro lado. Nesse caso não há respeito às normas do bom jornalismo (ouvir os dois lados, sempre). Como se fosse uma “justificativa”, o fato de se usar apenas uma frase não permite que haja espaço para mais informações. Detalhe: não apenas as normas técnicas são desrespeitadas, mas também o Código de Ética do Jornalista (1999, p.9):

[...] Art. 14. O jornalista deve:

- a) ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas;
- b) tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.

Incompetência ou desrespeito ao Código de Ética do Jornalista. Ou ambos. Ou pior, manipulação explícita! Todos aqueles detalhes (às vezes pequenos e agressivos), nosso objeto de análise, carregam o fardo de serem perfeitos exemplos de manipulação, onde há descontextualização.

Ocorre, porém, que mesmo onde não há fragmentação, a divulgação de determinada “acusação” significa uma agressão ao MST — apesar do movimento ter sua “resposta” no próprio texto.

Temos aqui vários exemplos de agressão da mídia contra o MST. A mídia tem feito isso rotineiramente ao longo dos últimos vinte anos. E tem feito com conhecimento de causa, com objetivos claros de defesa da classe dominante. Os proprietários dos meios de comunicação são parte integrante dessa mesma classe dominante. Vários deles são também proprietários rurais, ou parlamentares, ou industriais, ou até pertencem a todas as categorias simultaneamente.

Causa e efeito, a formação do Estado no Brasil está na raiz das questões da terra em nosso país. Os proprietários de terras participaram diretamente da construção desse modelo de Estado. Ao mesmo tempo, fizeram o processo de concentração e expropriação, responsável por toda a miséria existente no campo —

com os reflexos nas cidades.

Marina dos Santos³³ destaca que “a injustiça social está na origem do MST, que não poderia ter surgido se não houvesse concentração da terra no Brasil, onde tão somente 1% dos proprietários detém 46% das propriedades”. O MST nasceu e cresceu diante da necessidade dos trabalhadores terem formas organizativas para enfrentar o latifúndio.

A imprensa tem sua parcela de culpa nesse processo, protegendo e defendendo os latifundiários e atacando duramente as camadas mais pobres e sofridas da população brasileira. Os meios de comunicação de massa usam — e abusam — de sua influência e poder de manipulação. A mídia participou ativamente da articulação do golpe de 1964; omitiu-se diante da repressão e da tortura do regime militar; cumpriu um papel central nas eleições dos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

No caso do MST — e de toda a história que o antecede — a mídia vai mais longe no processo de manipulação. Ela constrói uma “realidade” com base nos seus próprios interesses de classe. Tudo isso praticando uma forma de jornalismo com total desrespeito à Ética.

Para esse assunto ser tratado com qualidade jornalística e, principalmente, com Ética, a pauta — a verdadeira pauta — deveria ser baseada na realidade do país. Em primeiro lugar, na História. É lá que está a verdade sobre as origens dos problemas de nosso país, incluindo a questão agrária. Em segundo, nas periferias das cidades, nos acampamentos e assentamentos do MST.

Uma boa pauta deveria mostrar também o outro lado. Quem são e por que lutam essas pessoas, qual o motivo de tanto sofrimento? A boa pauta deveria ser feita no local dos acontecimentos, de forma isenta e honesta, sem manipulação.

Isto é, um pouco mais longe dos gabinetes e das grandes conferências. Bem longe, aliás, da posição unilateral da classe dominante e mais perto — bem mais perto — da posição da grande maioria da população brasileira. Ou seja, da verdade.

³³ MARINA DOS SANTOS, **Brasil: Raízes do MST.**

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AMARO, Chico. Uma ótica para ver o MST — entrevista com o Prof. Paulo Bassani. **Terra Vermelha**. (Jornal da UEL) Londrina, dez. 2003. Ano 4, nº 56, p. 11 a 13.

ANGELI, José Mario. **Gramsci, Globalização e Pós-Moderno — Estudos de Filosofia Política**. Londrina: Editora UEL, 1998.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1978.

BACCEGA, Maria Aparecida, e CITELLI, Adílson Odair. Retórica da Manipulação: os Sem-Terra nos jornais. **Revista Comunicações e Artes**. São Paulo (20): 23-29, abril 1989.

BALDESSAR, Maria José. **A Mudança Anunciada — O Cotidiano dos Jornalistas com o Computador na Redação**. Florianópolis: Editora Insular e Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

BALTAR, Ronaldo. **O Ponto Morto**. Londrina: Editora UEL, 2000.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1984.

BASSANI, Paulo. **Núcleos de Assalariados Rurais Temporários – Lugar de Resistência e Descoberta**. 1999. 255f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. **Frente Agrária Gaúcha – Ação Político-Ideológica da Igreja Católica no Movimento Camponês do Rio Grande do Sul**. 1986. 196f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Campesinato, Potencialidade e Processo (Reflexões Teóricas) **Revista Semina**, Ciências Humanas, UEL, Volume 10, nº 3, dezembro, 1989.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de Comunicação Escrita**. São Paulo: Ática, 1990.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CADERNOS DO CEAS. Salvador, BA: Centro de Estudos e Ação Social, **Edições nº 99 (set/out 1985), 167 (jan/fev 1997), 171 (set/out 1997), 172 (nov/dez 1997), 174 (mar/abr 1998), 179 (jan/fev 1999), 180 (mar/abr 1999), 187 (mai/jun 2000), 190 (nov/dez 2000), 191 (jan/fev 2001)**.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do Movimento Operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CONTI, Mário S. **Notícias do Planalto – A imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CUNHA, Paulo Ribeiro. **Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas**. Cadernos AEL: conflitos no campo. Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, n. 7, p. 83-103, segundo semestre de 1997.

DI FRANCO, Carlos Alberto. **Jornalismo, ética e qualidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DIAS, Emerson dos Santos. Conflitos e Contradições nas Raízes dos Movimentos Sociais Brasileiros. **Revista Mediações**: Departamento de Ciências Sociais, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, v. 8, n. 2, p. 55-81, jul./dez. 2003. Londrina: Editora UEL, 2003.

_____. **A Maioridade do MST e o Futuro dos Universitários Sem-Terra**. 2004. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Departamento de Ciências Sociais, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

EPSTEIN, Isaac. **O Signo**. São Paulo: Ática, 1986.

FADUL, Anamaria (organizadora). **Novas Tecnologias de Comunicação**: impactos políticos, culturais e sócio-econômicos. São Paulo: Summus, INTERCOM, 1986.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST**: impacto sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, FASE — Federação de Órgãos para Assistência e Educacional, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho A. (organizador). **Comunicação e Controle Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular**: Pulsões Políticas do Desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUIRAUD, Pierre. **A Semiologia**. Lisboa, Portugal: Presença, 1983.

KARAM, Francisco José C. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KÄRNER, Hartmut. "Movimentos sociais: revolução no cotidiano", in SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de Massa, Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSCHICK, Christa Liselote Berger. **Campos em Confronto: Jornalismo e Movimentos Sociais — As Relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora.** São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) — Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-0.html> — acessado em 29 de julho de 2004.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas, SP: Papirus, 1988.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

LENIN, V. I. **Ilusões Constitucionalistas.** São Paulo: Kairós, 1985.

_____. **Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento.** In Obras Escolhidas – Volume 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

LINS DA SILVA, C. E. (organizador). **Comunicação, hegemonia e contra-informação.** São Paulo: Cortes, INTERCOM, 1982.

LOTMAN, Yuri. **Estética e Semiótica do Cinema.** Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1978.

MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. 3ª Edição.

_____. **A chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo.** São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

MEDITSCH, Eduardo. (organizador). **Rádio e Pânico: a Guerra dos Mundos, 60 anos depois.** Florianópolis: Insular, 1998.

MELO, José Marques; FADUL, Anamaria; LINS DA SILVA, C. E. (cordenadores). **Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação.** São Paulo: Cortes & Moraes, INTERCOM, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de São Paulo (1921 – 1981)**. São Paulo: Impres, 1980.

NELSON, Chico; SANTOS, Nilton; NORONHA, Solange; MORETZSOHN, Sylvia (organizadores). **Jornalistas pra quê? (Os profissionais diante da ética)**. Rio de Janeiro: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, 1989.

NUZZI, Erasmo de Freitas; BARROS FILHO, Clóvis. **Globalização, Mídia e Ética: temas para debates em cursos de Comunicação Social**. São Paulo: Plêiade, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. **Os Direitos do Anti-Valor**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento: As formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DOS JORNALISTAS. **Pelo Direito à Informação**. (Declaração da OIJ à Conferência Mundial de Direitos Humanos – Viena, 14 a 25 de junho de 1993). Madri, Espanha: Organização Internacional dos Jornalistas, 1993.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no Rádio: Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PIGNATARI, Décio. **Signagem da Televisão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO NORTE DO PARANÁ. **Manual de Ética do Jornalista**. Londrina: UEL, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Cortes, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela 1: Textos – total por mês

Tabela 1

São Paulo, janeiro a dezembro de 2000

Tabela 1 — Textos: total por mês

		1	2
	TOTAIS MESES	TEXTOS	TOTAL DO MÊS
1	JANEIRO	n° 1	1
2	FEVEREIRO	n° 2 e 3	2
3	MARÇO	nenhum	nenhum
4	ABRIL	n° 4 a 20	17
5	MAIO	n° 21 a 53	33
6	JUNHO	n° 54	1
7	JULHO	n° 55 a 65	11
8	AGOSTO	n° 66 e 67	2
9	SETEMBRO	n° 68 a 94	27
10	OUTUBRO	n° 95 a 98	4
11	NOVEMBRO	n° 99 a 105	7
12	DEZEMBRO	n° 106 e 107	2
		Total do ano	107

APÊNDICE B – Tabela 2

Tabela 2

São Paulo, janeiro a dezembro de 2000

Tabela 2

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
	VETORES				
V.1	Dizeres do movimento				
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				
V.3	Dizeres do jornal CONTRA				
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

APÊNDICE C – Tabela 3: Totalização

Tabela 3

São Paulo, janeiro a dezembro de 2000

Tabela 3 — Totalização

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento	6	6	32	36
V.2	Dizeres do jornal PRÓ	10	7	51	46
V.3	Dizeres do jornal CONTRA	7	12	66	76
V.4	Dizeres dos grandes proprietários	0	0	4	2

APÊNDICE D – Tabela 4: Totalização – porcentagem

Tabela 4

São Paulo, janeiro a dezembro de 2000

Tabela 4 — Totalização: porcentagem

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
	VETORES				
V.1	Dizeres do movimento	5,61%	5,61%	29,91%	33,65%
V.2	Dizeres do jornal PRÓ	9,35%	6,54%	47,66%	42,99%
V.3	Dizeres do jornal CONTRA	6,54%	11,22%	61,68%	71,03%
V.4	Dizeres dos grandes proprietários	0%	0%	3,74%	1,87%

* As porcentagens são referentes a cada quadro em relação ao total dos 107 textos analisados (100%).

ANEXOS

ANEXO 1 – FENAJ PROTESTA CONTRA SATANIZAÇÃO DO MST PELA MÍDIA

FENAJ PROTESTA CONTRA SATANIZAÇÃO DO MST PELA MÍDIA³⁴

A Federação Nacional dos Jornalistas — Fenaj — vem a público protestar contra a campanha, orquestrada pelo governo federal, de satanização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST —, com apoio de certos meios de comunicação social. O último lance dessa campanha é a denúncia feita pelo MST de utilização de verba pública pelo jornal Folha de São Paulo, na pessoa do colunista Josias de Souza, chefe da sucursal de Brasília. O referido jornalista, para fazer matéria de denúncia contra o MST, utilizou carro e motorista do Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA (PR) —, e percorreu vários assentamentos no interior do Paraná.

A Fenaj recebeu do MST cópia da ordem de serviço expedida em nome do Serviço Público Federal, pelo INCRA (PR), que pagou diárias a um motorista oficial, com gasolina paga pelo INCRA, para que o jornalista Josias de Souza percorresse os assentamentos. A ordem foi clara: ‘transportar o diretor da Folha de São Paulo aos assentamentos Águas de Jurema, Recanto Estrela e Ireno Alves dos Santos para subsidiar matéria sobre aplicação do Procerá e Pronaf’.

É lamentável que a direção de jornalismo da Folha de São Paulo e o jornalista Josias de Souza descumpram o próprio código de conduta da empresa, que sempre pregou sua ‘independência’, e que proíbe seus jornalistas de, sequer, receber livros para fazer resenhas literárias. Conivente com a tentativa de desmoralizar o MST — sem dúvida o mais organizado, coerente e forte movimento social existente no Brasil, hoje —, a Folha de São Paulo compromete a ética da imprensa e de toda uma categoria que luta para exercer, com dignidade, a profissão.

O objetivo da ofensiva do governo federal — esse, sim, ainda devendo ao povo esclarecimentos sobre várias denúncias de corrupção — é impedir que o drama dos trabalhadores rurais sem-terra continue ganhando força e adeptos aqui e no exterior.

³⁴ FENAJ — FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Fenaj Protesta Contra Satanização do MST pela Mídia. **Cadernos do CEAS**, nº 191, p. 91-92. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan./fev. 2001.

A questão agrária no Brasil é dramática. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE —, cerca de 4,2 milhões de brasileiros abandonaram o campo, entre 1995 e 1999, 1.030 latifundiários são donos de 15% da área total de imóveis neste país. O governo FHC não cumpriu nenhum dos compromissos assumidos com o Movimento durante recentes negociações mediadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — e Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.

Não basta distribuir terra. É preciso uma política clara e eficiente de incentivos que beneficie o pequeno agricultor e a agro-indústria familiar, levando educação, saúde e justiça social aos excluídos do campo.

O MST já compreendeu isso. Para lutar por uma vida digna no campo é preciso lutar contra todo um sistema econômico e político. Para lutar pela terra é preciso lutar pela democracia, pela cidadania e por uma sociedade mais justa e solidária.

Brasília, 10 de novembro de 2000.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

ANEXO 2 – A SATANIZAÇÃO DO MST NA MÍDIA

José Maschio³⁵

As elites brasileiras não mudam, apenas refazem, de tempos em tempos, o seu discurso conservador. O discurso conservador precisa, para esse seu refazer, de monstros que assustem a classe média e a população mais pobre, mantida sempre na ignorância mais completa, sem acesso à informação ou mesmo uma educação decente.

Esse processo não é de hoje, vem dos tempos do império, passou pela formação da República (Antônio Conselheiro e Zumbi não são exemplos de satanizados pela elite?), regime militar e agora na democracia planejada por Golberi do Couto e Silva (aliás, cada vez mais atual).

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é a bola da vez no processo de satanização. A mídia brasileira se deleita com denúncias de que líderes do MST cobram pedágios para créditos rurais. Não seriam também pedágios as taxas de intermediação que as cooperativas agrícolas e os bancos cobram para liberação de créditos?

Assim como já se temeu o comunismo, a estrela vermelha do PT (não teve seqüestrador com camisa do PT há pouco tempo atrás?), agora o MST aparece como o grande Satã a ser exterminado, em uma das mais fundamentalistas campanhas da mídia contra um movimento popular.

Planejada no Palácio do Planalto, por Andrea Matarazzo (o homem dos bastidores de FHC na mídia) essa campanha de satanização foi logo encampada pelos jornalões, redes de TV e pelas revistas, especialmente Veja.

E, fenômeno totalmente brasileiro, essa campanha foi logo assumida por alguns ditos intelectuais universitários e pseudo-escritores, como no Paraná, onde uma

³⁵ JOSÉ ADALBERTO MASCHIO é jornalista em Londrina, Paraná. Foi fundador e diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná. Publicado na Folha de Londrina, outubro de 2000.

socióloga e um procurador do Estado usam a mídia para, rançosamente, atacar o MST e a reforma agrária.

O curioso é o argumento: somos a favor da reforma agrária, mas não da violência do MST, que desrespeita as leis. Ora, ora, ora, cara-pálida, quais leis? Criadas por quem e para quem essas leis? Será que não conhecem a história: as leis são feitas para atender a elite. Cabe aos movimentos organizados, através da pressão popular e de formas de lutas específicas de cada movimento, romper essa barreira legal.

Vale lembrar que, através de suas formas de luta, o MST já conseguiu jurisprudência contra o crime de esbulho possessório nas ocupações. Uma prova de que só a organização popular modifica as leis da elite. (Acórdão do Superior Tribunal de Justiça).

Mais curiosa ainda é a forma que grande parte da elite intelectual se comporta com relação ao MST: indiferença ou rançosamente contra. Acompanhando como jornalista a questão agrária no país desde 1985, tenho percebido que não é essa a posição das universidades americanas e europeias com relação ao movimento popular chamado MST.

Em Corumbiara (RO), no Mato Grosso do Sul, no Pontal do Paranapanema (SP) e no próprio Paraná, por diversas vezes encontrei mestrandos e doutorandos americanos e europeus pesquisando — in loco — o fenômeno sem-terra.

Conversando com esses acadêmicos americanos pude descobrir que o Departamento de Estado Americano estuda, há 10 anos, o MST. A razão para esse olhar do poder americano para os “baderneiros” do MST: é o movimento popular, de massa, mais importante dos últimos 30 anos na América Latina. Isso na ótica deles, os gringos.

Ao invés de ir a campo, analisar as causas que propiciaram o surgimento do MST (originado pela organização dos excluídos do “milagre” do regime militar) e pensar um futuro harmônico para o Brasil, a mídia e a elite fazem o mais fácil: satanizam o movimento.

É claro, não sejamos ingênuos, essa satanização tem um interesse imediato, que é barrar o avanço das forças progressistas nestas eleições municipais. Mas não só de eleições vive um país na luta para se transformar em Nação. E as elites devem mais essa (a satanização do MST) no rol de dívidas para com a população brasileira. E, tenham certeza doutores, a cobrança virá.

José Maschio é jornalista em Londrina (PR)

ANEXO 3 – Brasil: Raíces del MST

Brasil: Raíces del MST³⁶

Marina dos Santos

ALAI-AMLATINA 31/05/2004, São Paulo.-

En enero de 2002, el Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST) cumplió 20 años de edad. La fechas son, sin embargo, apenas referencias históricas, lo más importante son las conmemoraciones en la base a lo largo de todo el año. Quien lucha por tierra solo está cobrando una deuda social que el Estado brasileño contrajo con los pobres. Por esto, quien lucha por tierra y reforma agraria, lucha también por el cambio de la estructura agraria y por los cambios sociales en Brasil. Más que en las conquistas materiales, el MST se afirmó sobre elementos de la cultura brasileña, tomándolos como sustento de sus propias convicciones.

Somos fruto de una larga historia. El Movimiento no puede ser comprendido solamente por sus últimos veinte años. En verdad es fruto de la historia realizada por nuestro pueblo. Somos hijos del pueblo brasileño. De hecho solo existimos hoy porque, antes de nosotros, el pueblo organizó otras formas de organización y de lucha por la justicia. Somos herederos de las luchas históricas de los pueblos indígenas, de los negros, de los blancos, de los movimientos campesinos y de resistencia. Somos fruto de muchas reflexiones. Somos fruto de la teorización de muchas experiencias de lucha que nos antecedieron, sea en Brasil o en los movimientos campesinos de América Latina.

Elementos que precedieron y acompañan al Movimiento:

³⁶ Divulgado por meio de correio eletrônico por **Servicio Informativo "Alai-amlatina" Agencia Latinoamericana de Informacion – ALAI** — también disponible em <<http://alainet.org/>>

- 1º. El descubrimiento del derecho. El MST vive desde hace 20 años por haber descubierto el derecho de tener acceso a la tierra. Al ver a otras personas que eran propietarias de tierras, descubrimos que también podemos serlo, y buscamos las causas por las cuales no somos. Ese descubrimiento puede llegar a la conciencia por la comparación entre el tener y el no tener, y por la enseñanzas de la historia de otros movimientos y de la solidaridad entre las personas.
- 2º. La confianza y solidaridad. Quien cree, confía. Este sentimiento de credibilidad da a los otros el merecimiento de liderar, representar el colectivo, guardar objetos y recursos financieros, etc. El MST se empeña por el grado de fidelidad, compañerismo, espíritu solidario, simpatía y respeto, vislumbrando a aquel que debe merecerlo. Los pobres son solidarios por naturaleza. Sabemos que no precisamos de muchas cosas, apenas unos de otros.

Elementos que desarrollaron y expandieron el Movimiento:

- a) Ser nacional: el MST se volvió nacional porque la necesidad de los trabajadores sin tierra se extendió por todo el territorio. Las fuerzas sociales, sindicales y religiosas determinaron las posibilidades de instalación y organización del MST en cada lugar. Siendo así, luego de ganar la confianza, el Movimiento ganó apoyo estructural, financiero y moral para hacer las reuniones y las ocupaciones.
- b) Adopción de principios: Elaboramos principios para garantizar la línea política de no apartarnos de los objetivos: hacer la reforma agraria y conquistar una nueva sociedad. Memorizados los principios, otros dos elementos se presentaron como forma de implantarlos: identificación de los desafíos y elaboración de los métodos. La responsabilidad con las tareas fue y es la razón de la eficiencia del MST. El respeto a las decisiones colectivas es un deber incuestionable.
- c) Aceptar las tácticas y ampliar las reivindicaciones: Un movimiento social tiene su causa específica, pero debe vincularla a las causas generales. Si la principal reivindicación es la tierra, no podemos darnos por satisfechos cuando la conquistamos, porque aún faltarán el crédito, la escuela, la casa, el transporte, etc.

En la historia del MST aprendimos que la fuerza de la opinión pública favorece o dificulta las victorias. Llegamos a los veinte años apoyados por la sociedad brasileña. La discusión para elaborar un proyecto popular para el país: La alternativa es el proyecto popular porque solamente éste puede garantizar definitivamente los derechos negados por el capitalismo.

¿Cómo se mantiene un movimiento social?

Hay infinidad de aspectos que determinan la construcción y la preservación de un movimiento durante mucho tiempo. Simplificando, podemos decir que un movimiento social se mantiene por la combinación de elementos básicos, como por ejemplo, preservar los elementos que lo originaron. Fue importante para el MST mantener esa fidelidad a lo largo de los años. Las contribuciones iniciales del Movimiento permanecen. Por ello, a cada paso surgen nuevos desafíos; por eso la organización requiere enfrentarlos.

La injusticia social está en el origen del MST, y no podría haber surgido si no hubiese concentración de la tierra en Brasil, donde tan solo el 1% de los propietarios detentan el 46% de las propiedades. La necesidad de enfrentar el latifundio hizo que los trabajadores buscasen formas organizativas. Como la tarea de derrotar al latifundio no era pequeña, la función inicial del MST continúa siendo válida y actual. La primera consigna surgida en la lucha por la tierra en el inicio de la década de 1980 fue: "Tierra para el que la trabaja", simbolizando la relación que hay entre reforma agraria y generación de trabajo.

El descubrimiento de que la tierra se conquista con organización, lucha y presión, llevó al Movimiento a vincularlo con el derecho a la educación. Cuando surge la posibilidad de ocupar el latifundio, la preocupación central es si hay escuela para los hijos. Este ideario se extiende cada vez más a los jóvenes y a los adultos, sea a través de la alfabetización o de la búsqueda de universidad. Sin el conocimiento científico, la reforma agraria no prospera. Con la tierra, el conocimiento científico debe tornarse patrimonio colectivo.

La fuerza de la movilización para enfrentar los desafíos y buscar soluciones a los problemas, llevó a las personas, individual y colectivamente, a tener el reconocimiento público de las sociedades local, nacional e internacional. Solamente la participación en la lucha social y política de forma organizada es capaz de devolver a las personas el espacio negado. En la medida en que se estructura la organización a través de las personas, la percepción social cambia completamente a su respecto. Nadie teme un grupo que pide limosna en las veredas de las ciudades, pero teme un acampamento de los Sin Tierra porque está organizado. Así, el excluido se integra nuevamente por la fuerza al convivir social con identidad colectiva. Rescata los espacios perdidos en la relación social, pero también la dignidad perdida.

Avance de la conciencia

Sería difícil, sin embargo, construir un proyecto, por más simple que fuese, si no hubiese una organización de personas. A través de la lucha no se edifican solo construcciones materiales que adquieren forma a través de casas, escuelas, puestos de salud, almacenes, etc. Se edifican también seres humanos. En este período, muchas personas se vuelven pedagogos, historiadores, filósofos, médicos, agrónomos, cantores, escritores, poetas, guitarristas, agentes de salud. Con eso, el incremento del nivel de conciencia es inevitable. El simple hecho de hacer cosas que no fueron realizadas anteriormente en forma colectiva ya es señal de avance en la conciencia de cada ser social. Hay una conciencia en el acampamento y otra en el asentamiento, ya que los elementos que componen las estructuras de cada uno de ellos son diferentes. La conciencia es un factor determinante para cualificar una organización y darle larga vida sin -por tanto- desviarse de sus objetivos estratégicos.

El MST, además, no sería un movimiento social si no fuese creativo. Lo imprevisto es característica indispensable de los movimientos sociales. Esta creatividad hace que se produzca una nueva manera de vivir la colectividad, de resolver los problemas. Se crean nuevos métodos para seguir siempre adelante. Se comprende que el mayor legado que dejaremos a las futuras generaciones serán los valores. Compañerismo es una palabra nueva que entra en la conciencia y su explicación se

da a través de la actitudes. La solidaridad entre los pobres es el involucramiento en las luchas de otros sectores, contribuyendo con nuevas ocupaciones o realizando el trabajo voluntario internamente en la sociedad en que vivimos. Eso genera cuidado y respeto a la vida y a la naturaleza y gusto de pertenecer a la organización como parte de su historia. En ella está escondida y sumergida en inexplicables razones la energía que mueve las fuerzas del enfrentamiento y la contestación al orden vigente. Sin esta energía sería imposible justificar sacrificios, martirios y pérdidas registradas en todo momento. Nuestro destino continúa siendo el mismo.

El MST sigue siendo un movimiento social que pretende organizar a los pobres del campo y sus amigos, para luchar por una sociedad con menos pobreza y menos desigualdad. Y encontramos que el combate con relación al latifundio, el capital, la ignorancia y la dominación tecnológica es la mejor forma de construir una sociedad igualitaria en el medio rural en Brasil. Por eso, en la conmemoración de los veinte años, todos los derechos serán rescatados y conmemorados porque, a través del descubrimiento de los mismos, los obstáculos fueron vencidos. Debemos mirar a la historia para divisar un futuro más claro. Aprovechar la madurez de quien ya caminó tanto y consiguió llegar a los veinte años, poder tener la lucidez de mirar atrás, divisar cada curva del camino andado y superar los errores, fortalecer los aciertos, sacando lecciones para los próximos pasos. Los veinte años del MST pertenecen a quien soñó, a quien luchó, a quien murió y a quien aún no nace. Comemoramos por quien dio por lo menos un paso en esta ruta y por toda la sociedad que nos dio la solidaridad.

*Marina dos Santos integra la Dirección Nacional del MST³⁷

³⁷ MARINA DOS SANTOS integra a Direção Nacional do MST.

ANEXO 4 – Folha de São Paulo: Texto 43

Texto 43

São Paulo, domingo, 14 de maio de 2000

Autor: JOSIAS DE SOUZA
 Origem do texto: Diretor da Sucursal de Brasília
 Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: A1
 Edição: Nacional May 14, 2000
 Observações: MANCHETE; COM SUB-RETRANCA

Sem-terra retiram 3% do dinheiro destinado pelo governo a assentados; líder do movimento nega irregularidades

MST desvia verba da reforma agrária

JOSIAS DE SOUZA
 DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O MST está desviando dinheiro destinado à reforma agrária, em esquema para retirar parte do seu sustento dos cofres do Estado. Nos assentamentos que controla, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra recolhe 3% dos recursos enviados pelo governo, em sistema que utiliza técnicos contratados pelo Incra.

Os funcionários, pagos para dar assistência a agricultores, são indicados pelo MST. São eles que têm de vistar as notas fiscais necessárias para a liberação do crédito oficial ao assentado e condicionam esse visto ao pagamento dos 3%.

O principal líder do MST, João Pedro Stedile, nega o desvio de dinheiro. "Se houver investigação que aponte desvios, seremos os primeiros a punir", afirmou Stedile.

Págs. A13 e A14

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
	VETORES				
V.1	Dizeres do movimento		X		
V.2	Dizeres do jornal PRÓ		X		
V.3	Dizeres do jornal CONTRA		X		X
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

ANEXO 5 – Folha de São Paulo: Texto 44

Texto 44

São Paulo, domingo, 14 de maio de 2000

Autor: FERNANDO CANZIAN
 Origem do texto: Secretário de Redação
 Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: A1
 Edição: **Nacional** May 14, 2000
 Observações: SUB-RETRANCA

Movimento foi ingênuo, diz Stedile

FERNANDO CANZIAN
 SECRETÁRIO DE REDAÇÃO

O líder do MST João Pedro Stedile, 46, diz que o maior movimento de oposição ao governo FHC foi "ingênuo".

Para Stedile, o MST foi inocente ao acreditar que a reforma agrária resolveria o problema da pobreza no país. O líder reconhece que os assentados não têm como sobreviver sem subsídios do governo.

Pág. A8

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento	X	X		X
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				
V.3	Dizeres do jornal CONTRA				
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

ANEXO 6 – Folha de São Paulo: Texto 45

Texto 45

São Paulo, segunda-feira, 15 de maio de 2000

Autor:
 Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: A1
 Edição: Nacional May 15, 2000
 Observações: MANCHETE

Repasses param por 10 dias, para apuração de desvios como os praticados pelo MST

Governo suspende verba para a reforma agrária

O governo decidiu suspender por dez dias, a partir de hoje, todos os repasses de dinheiro para projetos de assentamento de reforma agrária. Será feita auditoria sobre a aplicação dos recursos do programa, com a finalidade de detectar desvios.

Conforme a Folha noticiou ontem, o MST tem se apoderado de parte da verba destinada pelo governo à reforma agrária, por meio da cobrança de um pedágio de 3% sobre os repasses federais aos assentamentos sob o seu comando.

Documentos da Secretaria de Agricultura Familiar, responsável pelo crédito a assentados, indicam mais problemas no setor, informa Josias de Souza. Entre eles, financiamento a projetos inadequados e negligência na cobrança de dívidas.

O MST não comentou a suspensão dos repasses federais. Para o movimento, o pedágio de 3% é facultativo. O líder José Rainha disse que as ações contra prédios continuarão, e terras produtivas também serão invadidas.

Págs. A4 e A5

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
	VETORES				
V.1	Dizeres do movimento		X	X	
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				
V.3	Dizeres do jornal CONTRA	X	X	X	X
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

ANEXO 7 – Folha de São Paulo: Texto 46

Texto 46

São Paulo, terça-feira, 16 de maio de 2000

Autor:
 Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: A1
 Edição: Nacional May 16, 2000

Dívida em atraso atinge 30% entre assentados

A inadimplência nos financiamentos do Banco do Brasil às famílias assentadas chega a 30%, contra 2,5% nas outras linhas de custeio à agricultura familiar, relata Josias de Souza. Para o banco, não será mais possível cobrar a dívida de R\$ 120 milhões dos assentados.

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que não debate a questão agrária com membros do MST, porque eles não querem discutir, "querem depredar".

Pág. A6 e A8

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento				
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				
V.3	Dizeres do jornal CONTRA	X		X	X
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

ANEXO 8 – Folha de São Paulo: Texto 47Texto 47São Paulo, terça-feira, 16 de maio de 2000

Autor:
Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: A1
Edição: Nacional May 16, 2000
Vinheta/Chapéu: OPINIÃO

EDITORIAIS

Leia "Técnicos sem crédito", sobre MST; "Deflação partidária", acerca de agremiações políticas; e "Trabalho perdido", sobre treinamento profissional para crianças.
Pág. A2

Autor:
Editoria: OPINIÃO Página: A2
Edição: São Paulo May 16, 2000
Seção: EDITORIAIS

TÉCNICOS SEM CRÉDITO

Sempre que um governo usa recursos públicos, é necessário que ele fiscalize com rigor sua utilização. Isso é tanto mais verdadeiro quando se trata de subsídios a projetos de cunho social.

Nesse sentido, é preocupante a informação levantada por esta Folha de que a indicação de técnicos que prestam assistência aos agricultores assentados é feita pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Isso porque, numa distorção injustificável, esses técnicos também fiscalizam a utilização dos recursos liberados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Orlando Muniz, argumenta que a aproximação entre assentados e técnicos é positiva. Não haveria problema algum nisso se esses profissionais, além de prestar assistência técnica, não fiscalizassem também a utilização dos recursos provenientes do crédito oficial.

Eles são incumbidos de dar visto nas notas fiscais da compra de insumos. Essas notas devem ser apresentadas nos bancos credenciados para a liberação dos recursos. Alguns técnicos estariam utilizando esse poder para forçar os agricultores assentados a contribuir financeiramente com o MST, o que é um absurdo.

Trocando em miúdos, no péssimo esquema concebido pelo governo, a escolha dos responsáveis pela fiscalização pode ser feita por quem vai ser fiscalizado. Além disso, ao contrário do que deseja o presidente do Incra, esses técnicos não estariam se aproximando mais dos agricultores assentados, e, sim, do MST.

É necessário que se corrija essa distorção. A solução para isso é simples. Bastaria que o governo federal retirasse do MST a prerrogativa de escolher os técnicos.

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
	VETORES				
V.1	Dizeres do movimento				
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				X
V.3	Dizeres do jornal CONTRA		X		X
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

ANEXO 9 – Folha de São Paulo: Texto 100

Texto 100

São Paulo, sexta-feira, 10 de novembro de 2000

Autor:
 Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: A1
 Edição: **Nacional** Nov 10, 2000

Inkra é acusado de usar verba em viagem da Folha

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo ingressou com representação contra o Incra por supostos desvios de verbas.

Por razões de segurança, o órgão cedeu veículo e motorista para reportagem da Folha que revelou, em maio, apropriação pelo MST de parte do dinheiro da reforma agrária.

Na ocasião, o jornal se propôs a ressarcir o Incra, que não aceitou alegando dificuldades contábeis.

Pág. A8

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
	VETORES				
V.1	Dizeres do movimento				
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				X
V.3	Dizeres do jornal CONTRA		X		X
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

ANEXO 10 – Folha de São Paulo: Texto 101

Texto 101

São Paulo, sábado, 11 de novembro de 2000

Autor:
 Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: A1
 Edição: **Nacional** Nov 11, 2000

PF investiga 'pedágio' do MST em 14 inquéritos

A PF instaurou pelo menos 14 inquéritos no país para investigar a cobrança de "pedágio" de integrantes do MST sobre o dinheiro emprestado aos assentados por órgãos do governo. A entidade recolhe parte do dinheiro destinado aos assentamentos por meio de técnicos que indica. O dinheiro só é liberado para quem contribui.

Ao todo, são 56 inquéritos abertos na PF desde maio para apurar desvios de dinheiro e invasões a prédios públicos.

O MST afirmou ontem que muitos dos inquéritos abertos contra o movimento possuem viés político.

Pág. A15

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento				X
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				
V.3	Dizeres do jornal CONTRA		X	X	X
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

ANEXO 11 – Folha de São Paulo: Texto 102Texto 102

São Paulo, sábado, 11 de novembro de 2000

Autor:
Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: A1
Edição: **Nacional** Nov 11, 2000
Vinheta/Chapéu: OPINIÃO

EDITORIAIS

Leia "A farsa do MST", sobre insinuações do movimento contra a Folha; "Euro no vácuo", acerca de finança global; e "Tênuê fronteira", sobre telecomunicações.

Pág. A2

Autor:
Editoria: OPINIÃO Página: A2
Edição: **São Paulo** Nov 11, 2000
Seção: EDITORIAIS

A FARSA DO MST

É nada menos que torpe o comportamento do MST quando insinua que o diretor da Sucursal de Brasília da Folha, Josias de Souza, teria atuado numa manobra orquestrada com o governo federal ao reportar um esquema de desvio de dinheiro público promovido pelo movimento. Como base para sua tacanha argumentação, emessetistas apresentam o fato de que, para chegar aos assentamentos investigados, a equipe deste jornal se utilizou de automóvel oficial do Incra e serviços de um motorista de uma sucursal do órgão no Paraná.

Ainda segundo a ridícula interpretação do MST, o suposto conluio teria ficado atestado pelo fato de que, após a visita dos jornalistas "financiada" pelo governo, o jornal publicou a reportagem relatando um esquema de cobrança de "pedágio" em assentamentos.

A Folha custeou alimentação e hospedagem do motorista do Incra que conduziu seus jornalistas, durante dois dias, a assentamentos no Paraná. Só aceitou a oferta de viajar em carro oficial pelos argumentos da ofertante, superintendente-adjunta do órgão no Estado, de que seria o meio mais seguro. A mesma funcionária se recusou, alegando motivos contábeis, a receber deste jornal pagamento relativo ao combustível consumido. A Folha possui gravada uma declaração da servidora em que ela confirma assim ter procedido.

Se o Incra tomou medidas drásticas após a veiculação do texto, apenas cumpriu sua obrigação. A reportagem, publicada em 14 de maio, relatava como o MST, aproveitando-se de sua posição estratégica de intermediar concessões de crédito estatal para assentados, cobrava taxa de 3% sobre as transações. O percentual também era aplicado sobre compras de material agrícola, adicionado em notas fiscais.

De modo mais simples: o MST financiava-se com dinheiro do contribuinte, inclusive, ao feito do gangsterismo, negando-se criminosamente a autorizar crédito para assentados que não se dispuseram de bom grado a pagar o pedágio.

É evidente que a manobra agora tentada pelo MST busca desviar a atenção do grave problema levantado na reportagem. Por que o MST não contesta o que foi apurado, em vez de dissimular? Por que não presta os esclarecimentos que até seus simpatizantes aguardam

ansiosamente, em vez de esbravejar aos quatro cantos a sua vitimização, acobertando-se, apenas quando lhe é conveniente, no papel de porta-voz dos oprimidos? Porta-voz que não tem hesitado em fazer uso da violência, da violação das leis e — sabe-se graças às reportagens da Folha — do achaque contra vítimas que deveria defender.

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento				
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				
V.3	Dizeres do jornal CONTRA		X	X	X
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)